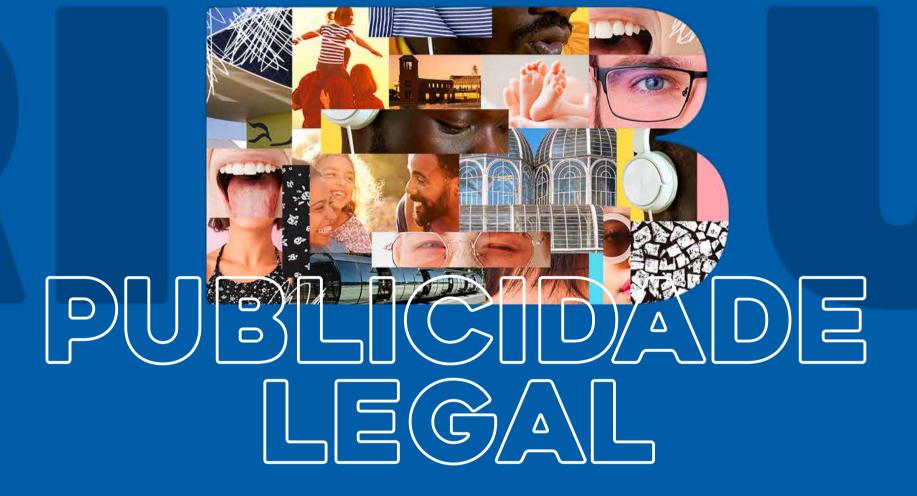
TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA 28 DE ABRIL DE 2023



EDIÇÃO DIGITAL



(41) 99973 7688 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Demonstração de Fluxo de Caixa

iornalismo@tribunadoparana.com.br









TOTAL BIOTECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

TOTAL BIO

26.901 36.183

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2011. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

	- 1	Balanços	patrimor
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.676	
Contas a receber de clientes	6	191.991	
Estoques	7	28.826	
Impostos e contribuições a recuperar	8	11.269	
Outros ativos		2.693	
		<u>324.455</u>	<u>178.303</u>
Não Circulante			
Realizável a longo Prazo			
Depósitos judiciais		137	112
Partes relacionadas	19	4.400	81.540
Tributos diferidos	9	12.780	
		17.317	
Imobilizado	10	57.039	
Intangível	11	107.634	
Direito de uso	12	3.208	
			124.600
Total do ativo		509.653	302.903
Notae Explicativae da Ad	Iminie	tração	

Nã

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional - 1.1 Informações gerais - A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Total Bio" ou "Com-anhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como Activos e passivos la compro S.A. ("Total Bio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de zulturas de grãos, cana-de-açúcar, algodão, café, hortaliças e rutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e por meio de distribuídores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Bio realiza vendas a quatro principais grupos de clientes, quais sejam: (a) agriculto-es (clientes finais), (b) distribuídores agrícolas independentes, c) clientes no exterior (exportações) e (d) outras indústrias em egime de tolling e venda B2B. O atendimento ao mercado brasileiro compreende todo o território nacional e as exportações para, Argentina e Bolívia. Em 22 de novembro de 2018, o controle societário da Companhia foi adquirido pela Biotrop Soluções Biológicas Ltda. ("Biorop Ltda.") por meio de aquisição de ações e de integralização de capital que, em conjunto, representou a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a controladora e a Companhia ("Grupo") iniciaram uma série de mudanças na Administração com foco em expandir e fortalecer a atuação cometo te capital que, em conjunto, representou a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a controladora e a Companhia, além do forte compromiso de desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e econômico em autração com foco em expandir e fortalecer a atuação cometo de processos de governança, visando crescimento e aumento do valor da Companhia, além do forte compromiso de desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e econôm

			Ativo	s e pas	SIVOS	ncor	porad
Ativo circula	ante						54.4
Ativo Não c	irculante						157.8
Passivo cir	culante						(47.60
Passivo nã	o circular	nte			0 1		(84.88)
Acervo líqu							79.8
Como resu	Itado da	incorpo	ração	reversa	o car	oital s	social
Companhia	foi redu	zido em	R\$ 15.	674, co	nforme	dem	onstra
abaixo:							
	data District						=

Redução do capital a) Capital (15.674) a) O saldo da conta "Opção de pagamento baseado em ações", que fazia parte do Acervo Líquido da Biotrop apurado no Laudo de incorporação, foi registrado na mesma rubrica no Patrimônio (quido da Companhia, (b) O saldo da conta "Adiantamento para uturo aumento de capital", que fazia parte do Acervo Líquido da Giotrop apurado no Laudo de incorporação, foi convertido empréstimo e registrado na rubrica "Partes relacionadas" no aassivo não circulante da Companhia. 1.2 Responsabilidade Socioambiental - Visando potencializar o impacto sustentável da Companhia, em 2021 foi concluido o Framework dos Principios de Green Bonds do ICMA (International Capital Market Association) subscrito pela ANBIMA e pela CVM no Brasil para rormover investimentos que tenha uma adicionalidade ambiena e estejam alinhados aos princípios de gestão sustentável oromover investimentos que tenha uma adicionalidade ambiena le estejam alinhados aos princípios de gestão sustentável que foi certificado pela Bureau Veritas Certification Brasil como sendo aderente aos Princípios para operações de dívidas feitas o âmbito do mercado de capitais doméstico ou internacional. Adicionalmente, o escopo e características dos projetos descrios, atendem aos critérios de elegibilidade e atendem seis dos orincípios de sustentabilidade das Nações Unidas. Em 2021 e 2022 a Companhia emitiu 100 milhões de reais de debêntures verdes de longo prazo, conforme nota 17 e 17.1. Em 2022, a Companhia conquistou a classificação prata na avaliação de sustentabilidade da Ecovadis, fornecedora de classificações de sustentabilidade de aproesarial e adotou um programa de logistica sustentabilidade empresarial e adotou um programa de logistica eversa, em parceria com a empresa EuReciclo que faz 100% da

eversa, em parceria com a empresa EuRecicló que faz 100% da compensação das embalagens comercializadas. Os riscos relacionados com os possíveis impactos das mudanças climáticas e ações mitigatórias foram avaliados pela Companhia na data de reporte, principalmente com relação à recuperação e vida útil dos ativos de longo prazo e registro de passivos. Com base no melhor julgamento da diretoria, não há impactos sobre os ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022. 2 Resumo das principais políticas contábeis - 2.1 Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas confórme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão ões financeiras, e somente elas, as qua consistentes com as utilizadas nela Administração da Compa consistentes com as utilizadas pela Administração da Compa-nhia. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julga-nento por parte da Administração da Companhia no processo da pilicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julga-nentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na mentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstân-clas. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas co-elação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resul-antes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Juma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi autona Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi auto-izada pela diretoria da Companhia, nos termos previstos pelo estatuto social da Companhia, em 06 de abril de 2023. 2.2 Basse de mensuração - As demonstrações financeiras foram prepara-das com base no custo histórico, exceto quando apresentado de outra forma. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação das com base no custo histórico, exceto quando apresentado de poutra forma. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação - stas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. 2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações - As seguintes altera-ções ou interpretações recentes nas Normas foram adotadas pola companhia para o exercício inciado após 1º de janeiro de 2022: Reforma da IBOR - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 88, CPC 40 - "Instrumentos financeiros", ao CPC 06(R2) "Ar-endamentos", ao CPC 11 "Contratos de Seguros". • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arren-damentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de econhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pa-pamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exer-cício e não como uma modificação de contrato, tá 30 de junho de 2022. - Contratos Onerosos - Custo para Cumprir um Con-rato (alterações ao CPC 25 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"). • Imobilizado - Receitas Antes do Uso Pretendido (alterações ao CPC 27 "Ativo Imobilizado"). • Refe-ências à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15 "Combina-ção de Negócios"). • Classificação de Passivos como Circulante

	-NB		4
			N.
~		5	A





Em milhares de reais - R\$, exceto o lu	icro p	or ação e	as notas e	explicativas são parte integrante das de	monstr	ações fina	nceiras.
31 de dezembro				Demonstração do F	Resulta	do	
assivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
irculante				Receita líquida de vendas	22	276.696	139.636
Fornecedores	13	16.687	1.104	Custo das vendas	23		(41.033)
Obrigações tributárias	14	3.501	1.507	Lucro Bruto		193.820	98.603
Obrigações sociais e trabalhistas	15	24.047	8.947	Despesas com vendas	24.1	(59.224)	(30.123)
Passivo de arrendamento	16	2.284	4.802	Despesas gerais e administrativas	24.2	(65.944)	(25.977)
Empréstimos e financiamentos	17	104.797	52.737	Outras receitas (despesas)			404
Dividendos a pagar	19	501	20.487	operacionais, líquidas		329	134
Provisões	18	26.804	14.264	Lucro antes do resultado financeir		68.981	42.637
Adiantamentos de clientes e outros		1.456	4.457	Receitas financeiras	25 25	18.651	5.944
		180.077	108.305	Despesas financeiras Resultado financeiro	25	(60.731)	
ão circulante				Resultado infanceiro Resultado antes do imposto de		(42.080)	(6.454)
Passivo de arrendamento LP	16	1.617	2.355	renda e contribuição social		26.901	36.183
Empréstimos e financiamentos LP	17	227.288	117.928	Imposto de renda e contribuição		20.901	30.103
Partes relacionadas	19	10.300	-	social correntes	26	_	(15.148)
Provisões LP	18	622	534	Imposto de renda e contribuição	20		(13.140)
			120.817	social diferidos	26	4.038	8.154
otal do passivo		419.904	229.122	Lucro líguido do exercício		30.939	29.189
atrimônio líquido	20			Lucro básico e diluído por ação	21	2.09	1,48
Capital social		5.030	20.704				.,,
Opção de pagamento baseado em				Demonstração do Resulta	ado Ab	rangente	
ações		2.790				2022	
Reserva de capital		24.476	24.000	Lucro líquido do exercício		30.939	29.189
Reserva de lucros		57.453	29.077	Outros componentes do resultados			
otal do patrimônio líquido		89.749	<u>73.781</u>	abrangentes			
otal do passivo e do patrimônio líquido		509.653	<u>302.903</u>	Total do resultado abrangente do e	xercíc	io <u>30.939</u>	29.189

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Domonst	ação das i	nutuy	000 00 1	uu	o Liqu				
							Reserva	as de lucros		
	No	Capi ta soc	tal I	Opção le paga- mento baseado m ações	va de	Legal	tivos	Lucros à disposição da As- sembleia	Lucros acumu- lados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		20.6	84		24.000	2.518	-	8.375	-	55.577
Dividendos adicionais deliberados n exercício, conforme AGO de 25/11/2 Integralização de capital que teve a			-	-	-	-	-	(8.122)	-	(8.122)
subscrição na AGE de 22/11/2018			20	-	-	-	-	-	-	20
Constituilção de reserva de incentiv		1/6)					44 606		(44 606)	
fiscais Lucro líquido do exercício	20.4	F(D)	-	-	-	-	11.626	-	(11.626) 29.189	29.189
Destinação do lucro:			-	-	-	-	-	-	29.109	29.109
Constituição de reservas	20.4	l(a)		_	_	1.460	_		(1.460)	_
Dividendos mínimos obrigatórios	20		-	-	-	-	-	-	(883)	(883)
Dividendos preferenciais fixos e									, ,	` ′
obrigatórios	20		-	-	-	-	-		(2.000)	(2.000)
Reserva de retenção de lucros	20.4							13.220	(13.220)	
Em 31 de dezembro de 2021 Biotrop Soluções Biológicas e		20.7	04	-	24.000	3.978	11.626	13.473	-	73.781
Participações Ltda., conforme AGE	de									
28/02/2022	20.1/	20.5 (15.67	74)	1.659	_	_	_		(1.586)	(15.601)
Opção de pagamento baseado em a			-/	1.131	-	-	-	-	(1.131
Constituição de reserva de incentivo	os									
fiscais	20.4	l(b)	-	-	-	-	19.367		(19.367)	.
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	30.939	30.939
Destinação do lucro:	20.4	1/-1	-		-	4 5 4 7	-	-	(4 E 47)	-
Constituição de reservas Dividendos mínimos obrigatórios	20. ² 20		•		-	1.547		-	(1.547)	(501)
Reservas estatutárias	20.4				476		1		(476)	(301)
Reserva de retenção de lucros	20.4		-		470	_		7.462	(7.462)	
Em 31 de dezembro de 2022		5.0	30	2.790	24.476	5.525	30.993	20.935		89.749

cum 31 de dezembro de 2022

Ou Não Circulantes (alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e ao CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro)". • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"). • Definição de Estimativa Contábil (alterações ao CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro)". • Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação (alterações ao CPC 23 "Tributos sobre o Lucro)". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. 3 Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. 3.1 Julgamentos - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo. (a) Provisões - (a.1) Provisão sobre vendas - A Companhia promove campanhas comerciais a qual são premiados os vendedores e suas respectivas equipes que atingem as metas de vendas estabelecidas pela companhia. Sendo assim as eventuais desestabelecidas pela companhia. Sendo assim as eventuais des-pesas decorrentes das campanhas são provisionadas para que o resultado não seja comprometido com despesas de exercícios anteriores. Adicionalmente, as campanhas vêm sendo pagas e a provisão revertida conforme competência de registro da despe-sa. (a.2) Provisão para contingências - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingên-cias, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorren-tes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião esus assessores legais e requierem elevado orau de julgamento com base ha availação da diretoria, intramentada na opiniado seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (b) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível - A Companhia utiliza as seguintes taxas de depreciação e amortização para os bens com vida útil definida em 31 de dezembro 2022:

lmobilizado e intangível	Vida útil	depreciaçã /amortizaçã (em mese
Hardware	5	. 6
Máquinas e equipamentos	25	30
Móveis e utensílios	15	18
Veículos	12	14
Benfeitorias e eletrônicos	10	12
Software	5	6
Patentes e processos	7	8
A Companhia contratou empresa espe	ecializada p	ara revisão d
vida útil de seus ativos cuja avaliação fo	oi concluída	a em dezembi

2022. Até a data de emissão destas demonstrações financei a Administração não identificou indicativos de alteração rele a Administração não identificou indicativos de alteração relevan-te na vida útil de seus ativos. (c) Provisão para créditos de li-quidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. (d) Perda (impairment) do ágio - Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.7, sendo os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia pão identifico us vidências de perda do valor (UGCs) determinados com base em calculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou evidências de perda do valor recuperável do ágio. (e) Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contracos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, sendo os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, em 2022 a taxa de média ponderada dos juros sobre os arrendamentos foi de 13,199 (11,98% em 2021). A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julga-2021). A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julga

prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupa-mento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem característi-cas similares. A Companhia adotou o referido expediente prático cas similares. À Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. (f) Plano de opções de ações - O cálculo do valor estimado das opções de ações requer elevado grau de julgamento e estimativas sobre o custo ponderado de capital, o crescimento de mercado, a participação da Companhia on mercado, inflação, evolução dos custos, das despesas e outras variáveis na determinação dos valores provisionados. (g) Subvenções Governamentais - A Companhia usa julgamentos para a exclusão de subvenções governamentais para fins de cáltras variáveis na determinação dos valores provisionados. (g) Subvenções Governamentais - A Companhia usa julgamentos para a exclusão de subvenções governamentais para fins de cálculo do imposto de renda (RPJ) e da contribuição social (CSSL) em virtude do convênio 100/97, o qual reduz ou isenta valores referentes ao ICMS para insumos agrícolas. Tais julgamentos são embasados na jurisprudência e no parecer de escritórios jurídicos. 3.2 Mensuração do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. A Companhia apresentou os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: * Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. * Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). * Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("air value") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto às instituções financeiras e o preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que comprened e avaliação do valor pusha laté a tata do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há instrumentos financeiros colassificados como nível 2 ou nível 3. A Companhia avaliou na classificados como nível 2 ou nível 3. A Companhia avaliou na classificados como nivel 2 ou nivel 3. A Companhia avaliou na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). 4 Principais politicas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente desde a consabaixo tem sido aplicadas de maneira consistente desde a constituição da Companhia. 4.1 Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. 4.2 Contas a receber - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impaiment"). A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os indices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impaiment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. O valor da uma análise individualmente e a diretoria mantém os procedi-mentos de cobrança e provisão quando pertinentes. O valor presente é calculado com base na taxa de juros, baseada na SELIC conforme determinado pela sociedade. A quantificação do ajuste a valor presente para contas a receber e receitas de venda é efetuada com base exponencial "pro rata" día, sendo as rever-sões dos juros descontados apropriadas à rubrica "Receitas fi-nanceiras". 4.3 Estoques - Os estoques de matérias-primas são

Fluxo de caixa das atividades operacionais
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa
Depreciação e amortização Amortização do direito de uso Baixa de ativo imobilizado e intangível
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes
Provisão (reversão de provisão) para liquidação créditos duvidosos Provisão para descontos (campanhas de marketing)
Provisão para contingências trabalhistas 2.392 2.506 9.500 6 (1.545)18 11.627 Provisão para contingênciás trabalhistas Provisão para bönus Provisão para bönus Provisão para bönus Provisão para prêmios de debêntures Provisão para ICMS a recolher -convênio 100 Outras provisões Encargos sobre empréstimos e passivos de arrendamento Provisão para opção de pagamento baseado em ações Variações nos ativos e passivos Contas a receber de clientes Estoques Impostos e contribuições a recuperar Outros ativos Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Adiantamentos de clientes e outros Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações Juros pagos Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) cocial pagos Caixa liquido gerado pelas (aplicado social pagos Caixa liquido gerado pelas (aplicado social pagos Caixa liquido gerado pelas (aplicado social pagos 15 9.848 6.086 50.899 1.131 (3.236) (15.149) 14.157 (23.582) 3.027 (37.797) (7.482) (29.071) (3.820) (63.841) (11.302) 191.110 137.790 (7.100) (33.460) (77.211) (30.387) (3.293) (4.626) (2.586)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis, e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necesarios para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas em montante considerado suficiente pela diretoria para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

4.4 Imobilizado - O ativo permanente é demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os cussos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos estimada dos bens do ativo imobilizado são aplitadado, Gastos com manutenção pate mente que a sua venda ou para do não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou sição e são amortizados pelo metodo linear. Nas demonstrações financeiras, o intanglivel inclui a mais valla sobre a carteira de clientes e a mais valla sobre e lação contratual com base no valor justo apurado no laudo de alocação do preço pago na combinação de negócios ("laudo do PPA"). A mais valla é amortizada pelo método linear com base na vida útil econômica definida no laudo do PPA. O ágio ("goodwill") resultante na combinação de negócios é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição do investimento e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio não está sujeito à amortização, sendo anualmente testado para verificar se o respectivo valor contábil não supera o seu valor de recuperação. Nas demonstrações financeiras da Companhia, o ágio e mais valia estão apresentados como parte dos intangíveis. A Companhia reconhece intangíveis relacionados à desenvolvimento , são produtos biológicos inovadores, uma vez que a viabilidade econômica seja demonstrada via maior produtividade, melhor custo-benefício que concorrentes químicos, que os métodos tradicionais de produção, via redução dos impactos ambientais aos agricultores ou á sociedade. Os gastos com desenvolvimento de produtos são reconhecidos como intangíveis quando atingem os critérios definidos no CPC 04 - Intangíveis. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil econômica definida com base no período dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, definida pela metodologia contábil da Companhia em liha com as premissas da norma vigente. Direito de uso - A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor nominal dos contratos em escopo, acrescidas a taxa de atualização (contínua) minal dos contratos em escopo, acrescidas a taxa de atualiz

> Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

continueabo)
rorielada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial A diretoria optou por revistar o adiculo e a mensuração de valores anualmente de acordo coma sor correções realsa contrerem nos contratos relacionados. O principal contrato de
remodamento da Companhia referes-se a planta fabril localizada
remodamento A companhia referes-se a planta fabril localizada
min como A prizo remase scente de cape contro, que possui
min intervalo de 2 a 5 anos. Resalvos de arrendamento possui
min intervalo de 2 a 5 anos. Resalvos de arrendamento possoi
min intervalo de 2 a 5 anos. Resalvos de arrendamento possoi
min proprio de la puede arrendamento amente o valor
considerou como componente de arrendamento acomente o valor
considerou como componente de arrendamento somente o valor
de aluguel mínimo fixo para fins de avalação do passivo. A mensoagementos futuros de aluqueis fixos, nos quais consideramsea se renovatórias de acordo com a política interna da Companhia,
quipro de como momente a teo vencimento do contrato,
quando destinado de a recorde como para
considerado de a recorde como para
considerado de la como
despesa financeira e apropriados com base na taxa de
desconto, de acordo como para cor emanescente dos contratos.
1.7 Impairment de ativos não financeiros — Os ativos que estácupiletos à amortização sob envisados para a verificação de finadial de producido de la como
de capacida de la como
de capacida de la como
de la capacida de la capacida de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacida
de la capacid cro tributável. Em 2022 e 2021, a Compañhia optou pelo regime de tributação sobre o lucro real, cuja base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada sobre o lucro contábil apurado pelo regime de competência, ajustado pelas adições das despesas temporariamente não dedutíveis, e/ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis. Os ajustes consideados nas bases de IRPA Je CSLL correntes geram créditos e/ou débitos tributários diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos cornetes e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os impostos cornetes e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados (quidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. 4.13 Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecidos como valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo a empregados e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira conflável. A Companhia possui um plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários, incluindo empregados da Companhia, o direito de se tornarem calcinistas. O valor justo das serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções deveser reconhecido como deseaso

direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido;	
exercício durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções	(
que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por	į
tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resulta-	i
do, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, es- ses instrumentos emitidos pela controladora são reconhecidos	
de forma reflexa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionis-	,
tas, em contrapartida a despesas com remuneração de adminis- tradores. As contribuições sociais a pagar em conexão com a	
concessão das opções de ações são consideradas parte inte- grante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma	
transação liquidada em dinheiro. 4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os outros ativos estão demons-	
trados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais	
auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendi-	
mentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. 4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resulta-	
do - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e servi-	
ços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abati-	
mentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando	
é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a enti- dade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para	-
cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (a) Venda de mercadorias - A receita com venda de pro-	
dutos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação	
e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em rela-	,
ção aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem	(
transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa fu-	(
turos da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual	1
terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando	(
todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. (b) Receitas e despesas financeiras - As receitas e des-	
pesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de	t
juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o seu valor	r
contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros das contas a	0
receber. Subsequentemente, os juros são apropriados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. 4.16 Conver-	(
são em moeda estrangeira - (a) Transações e saldos - As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda	
funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensura-	;
dos. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fi-	(
nal do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do re-	;
moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 25). 4.17 Subvenção governamental - (i) ICMS - Em 1 de setembro de	(
2021 a Companhia identificou com a ajuda de especialistas, créditos extemporâneos referente ao exercício corrente de 2021, de	(
IRPJ/CSLL, em virtude do convênio 100/97, o qual reduz ou isenta valores referentes ao ICMS para insumos agrícolas. O benefí-	1
cio relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração,	1
mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo	,
incentivo fiscal, o valor da subvenção apurado no exercício foi registrado como receita na rubrica de Subvenção de impostos estaduais em contrapartida da rubrica de "Deduções da receita	t
bruta", reduzindo a conta "despesa com ICMS". Ápós a publica- ção da Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014, a Companhia efetuou a revisão da contabilização	á
do crédito outorgado concedido pelos estados em que opera,	-
passando a considerá-lo uma subvenção para investimento, o que resultou num crédito extemporâneo de IRPJ/CSLL no exer-	t
cício findo em 31 dezembro de 2021, considerando o efeito retro- ativo a partir de janeiro 2021 para a Companhia. Os valores que	-
constituem esse crédito fiscal são referentes às receitas decor- rentes da redução da base de cálculo do ICMS no Estado do	
Paraná, São Paulo e Mato Grosso, Na forma que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor do benefício fiscal gerado pela receita de subvenção para a rubrica "Reserva de Incentivos Fiscais", dentro do grupo de reserva de lucros. No período findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 19.367 (2021 - R\$ 11.626) de incentivo fiscal apurado e reconhecido pela Companhia foi destinado a rubrica "Reserva de incentivos fiscais", nos termos do parágrafo 3º, do artigo 19 da Lei 12.973/2014. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente esses incentivos fiscais deverão compor a	
para a rubrica "Reserva de Incentivos Fiscais", dentro do grupo	į
2022, o montante de R\$ 19.367 (2021 - R\$ 11.626) de incentivo	
rubrica "Reserva de incentivos fiscais", nos termos do parágrafo	3
	t
base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição a seus acionistas, mesmo que isso ocorra na forma de devolução do capital social constituído com essa reserva. (ii)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Companhia aplica	Ī
a Lei do Bem, conforme estabelece o artigo 17, I e IV, c.c artigo 19, ambos da Lei 11.196/2005, que estabelece incentivos fiscais no investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento	;
no investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em inovação tecnológica. Tal aplicabilidade trouxe como benefi- cio: a redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(
sobre o Lucro no período, efetua exclusão de 80% de tais dis- pêndios da base de cálculo do IRPJ e CSLL, depreciação acele-	,
rada integral, usufrui da amortização acelerada dos valores relativos à aquisição de bens intangíveis também vinculados às	ı
atividades de PD&I, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados a ati-	ı
vidades de PD&I, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL; amortização acelerada, mediante dedução como custo ou des-	•
pesa operacional, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de PD&I.	ļ
5 Caixa e equivalentes de caixa 2022 2021 Recursos em bancos 2.431 5.682	ļ
Aplicações 87.245 31.505	į
89.676 37.187 Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de In-	ļ
vestimento de renda Fixa possuem liquidez diária, e são remunerados a taxas de 100% a 104% do CDI- Certificado de Depó-	,
sito Interbancário (2021 - 99%). Todas as aplicações financeiras são realizadas em moeda local, imediatamente conversíveis em receivada extra ex	
caixa e estão sujeiras a um risco insignificante de mudança de valor. 6 Contas a receber de clientes - O saldo de contas a	Ì
receber de clientes está composto da seguinte forma: 2022 Mercado nacional 141.518 78.437	į
Contas a receber de partes relacionadas (Notas 19 e 19.1) 55.312 40.625	,
Mercado externo 8.047 9.947 (-) Ajuste a valor presente (12.006) (2.506)	
(-) PCLD (2.300) (-) PCLD (880) (2.425) 191.991 124.078	Ì
A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como seque:	ĺ
Duplicatas vencidas até 30 dias 3.141 2.423	2
Duplicatas vencidas de 31 até 90 dias 486 211 Duplicatas vencidas de 91 até 180 dias 1.246 101	į
Duplicatas vencidas a partir de 181 dias Duplicatas a vencer 1.925 2.516 198.253 123.184	
190.253 128.435 128.	
(-) Auste a valor presente (-) PCLD (-) PCLD (880) (2.425) Variação cambial (175) 574	[
Os valores debitados à conta de provisão para crédito de li-	(
quidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Os critérios para	,
reconhecimento da provisão são os seguintes: Duplicatas ven- cidas de 90 até 180 dias - 40%; Duplicatas vencidas de 181	(
até 360 dias - 60%; Duplicatas vencidas de 361 até 720 dias - 95%; Duplicatas vencidas a partir de 721 dias - 100%. A expo-	•
sição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber	(
mencionada acima. Consequentemente, a diretoria não espe- ra incorrer em perdas superiores ao valor registrado em cada	(
exercício. A movimentação da PCLD é demonstrada a seguir: 20222021	(
Saldo inicial - 1º de janeiro (2.425) (1.601) Contas a receber de clientes provisionadas (388) (1.271)	(
Contas a receber de clientes baixadas 1.933 447 (880) (2.425)	(
7 Estoques	

r	8 Impostos e contribuições a recuperar						
;	IRPJ/CSLL a recuperar COFINS a recuperar	2022 6.381 2.886	2021 1.786 695	100 (Nota			- convêni
3 S	PIS a recuperar ICMS a recuperar	629 594	154 -	Outras pr	ovisões (Not ovisões - cut feridos ativo:	off das v	rendas
r	PIS/COFINS extemporâneo IRRF a recuperar IPI a recuperar	419 259 101	1.466 281 51	No passivo	não circulan ção acelerad	te	ngível
- S	9 Tributos diferidos	<u>11.269</u>	4.433	Tributos di	ão fiscal do feridos passi	vos	- /ii)
-	No ativo não circulante Créditos diferidos	2022	2021	No passivo	feridos ativos circulante e renda e con		` '
- a -	Tributos diferidos sobre diferenças temporária Provisão para créditos de liquidação duvidos			recolher (N (i) Conform	lota 14) e descrito na	Nota 1.	1, em 28 d
3	 PCLD (Nota 6) Ajuste a valor presente de contas a receber 	63		Biotecnolog	oluções Biol jia Indústria e reversa, a p	e Comérc	cio S.A E
- 0 8	de clientes (Nota 6) Provisão para estoques obsoletos (Nota 7) Provisão para bônus (Nota 15)	4.082 229 5.137	99	panhia pas aquisição d	sou a tomar a Total Bio p	dedutibili ela Biotro	dade fisca op na prop
-	Provisão para prêmios - debêntures (Nota 1 Provisão para descontos - campanhas de			posto de re	revisto na le nda diferido pesas com ir	passivo.	A reconcili
-	marketing (Nota 18) Provisão para devolução de mercadorias (Nota 18)	627	3.529	a respectiva consonânci	a base contál a com o Pro	bil está de nunciame	emonstrac ento Cont
é	Provisões para contingências trabalhistas (Nota 18)	212	-	diferidos e	Lucro, a ent os passivos	fiscais dif	feridos qu
- а о	Provisão de royalties (Nota 18) Provisão para opção de pagamento baseadem ações (Nota 20)	165 o 949		tributária e	utos sobre o na mesma e ro de 2022, o	entidade	tributável,
- a	10 Imobilizado			líquidos no	ativo.	Imobi-	
-	_		Máqu aparell	nos e	,	lizado em	Mais va
	Terro	os ware	me	uipa- Móvo entos utens 4.697		anda- mento -	sob investi
- 1	Aquisições (-) Baixas	4 264	3	3.327 (147)	123 3.112	-	
•	(-) Depreciações Saldos em 31 de dezembro de 2021 Aquisições 5.50		7	(427) 7.450 0.735 1	(44) (364) 601 4.540 .159 923	23.093	
ıl S	Aquisições por incorporação (-) Baixas	- 378		782 (184)	107 - (94) (601)	(300)	9.
-	(-) Depreciações Saldos em 31 de dezembro de 2022 Taxa média anual de depreciação 5.81	- (587) 15 1.670 20%		(814) 7.969 1	(71) (385) .702 4.477 7% 14%	22.793	(35 5 10
9	Do montante de R\$ 22.793 registrado em imo tuados para compra dos ativos imobilizados para	bilizado e ara amplia	ição da f	nento, o equi ábrica em Cı	valente a R\$ ıritiba (Site 1	e Site 2)). Em 31 d
r	e 2021, a Companhia não possui bens do ati recuperável dos ativos imobilizados - O ativ de valor. Para os exercícios encerrados em 3	o imobiliza	ado tem c	seu valor re	cuperável ar	ialisado, d	caso haja
3	constituição de provisão. A diretoria efetuou un dos critérios em 2022 e 2021. 11 Intangível			entificou mud		ecessitar	
s a			desenvo	om Marcas	s, e combina	na : ção car	sobre a teira de
-	Saldos em 31 de dezembro de 2020 Aquisições	4.340 820	1.70 2.9		3	ios c	clientes - -
ว - า	(-) Amórtizações — Saldos em 31 de dezembro de 2021	(618) 4.542	(18 4.43	32) (3 37 1.13	3)		
7	Aquisições Aquisições por incorporação (-) Baixas	616 1.473 (25)	26.94 8.44 (1.18	86 7.65		477	4.462
-	(-) Amortizações	<u>(1.511)</u> 5.095	(1.40 37.2	01) (487 78 9.80	9 52.	477	(1.487) 2.975
-	Taxa média anual de amortização Nos exercícios acima apresentados, a diret cou a necessidade de constituir qualquer pro	20% toria não	identifi-		issão, de R\$		
,	relacionada ao seu ativo intangível. 11.1 Tes verificação de impairment - Considerando a	ste do ág	io para	com garant	. São caracte ia adicional erdes", confo	fidejussó	ria, e clas
i S	de processos e sinergia das operações, ben gestão de estratégia e operacional do Grupo tificou uma única unidade geradora de caixa	n como to	orma de	mentos liga	dos à energi las políticas	a renová	vel e boas
a -	ágio foi integralmente alocado. O valor recup avaliado anualmente com base em cálculos	erável da	UGC é	valor emitid	issão de 3,5 o, a qual est ebêntures, o	á registra	ada em co
,	Esses cálculos usam projeções de fluxo de ca posto de renda e da contribuição social, basea	aixa, ante: idas em oi	do im- çamen-	apropriar ne Segunda E	o mesmo pe missão - E	eríodo de m junho	vigência de 2022,
-	tos financeiros aprovados pela diretoria para u anos. Os valores referentes aos fluxos de cai período de dez anos foram extrapolados con	ixa posteri	ores ao	segunda en	eio de Assem nissão de de a distribuição	bêntures	simples (
e -	de crescimento de 5,45% a.a. (2021 - 4,00% a crescimento não excede a taxa de cresciment	a.a.) Essa to média c	taxa de le longo	tribuição. As data da em	s 100.000 de issão, de R\$	bentures 1. Assim,	emitidas , o valor to
a -	prazo do setor em que UGC atua. Na elaboraç de fluxo de caixa, a diretoria tomou como prei de faturamento e crescimento do setor, bem	missas o l	nistórico	com garant	. São caracte la adicional erdes", confo	fidejussó	ria, e clas
0	de margens bruta e operacional sobre o fatu jeções de fluxo caixa foram trazidas a valor pr	iramento. resente co	As pro- m base	mentos liga	dos à energi las políticas	a renová	vel e boas
e 0 a	na taxa WACC calculada pela diretoria de 23, 17,05% a.a.), antes do imposto de renda e con única unidade geradora de caixa para fins de	tribuição :	social. A	Estruturaçã	ssão para o: o e Coorder a proporção (ação: 1,2	25% <i>flat</i> s
S	a Total Biotecnologia, com o valor de ágio de conforme nota explicativa 11, o valor foi o mesi	52.477 ei mo em 20:	n 2022, 21 e por	(b) Prêmio garantia firi	de Garantia ne, na prop	Firme: 1, orção da	00% <i>flat</i> s garantia
a -	tempo indeterminado. Os valores futuros gera racional baseados no uso foram utilizados pa de dezembro de 2022, a diretoria não identific	ra o teste	Em 31	2022 pela (emuneração Companhia r erada por ju	não sofre	rá atualiza
)	de constituir qualquer provisão para perda. 12		e uso	acrescidos	de 5,85% a.a rimestralmer	a. Os refe	eridos juro
5	Saldos em 1º de janeiro Adições por novos contratos	2022 4.947 1.068	2021 4.396 3.515	debênture e	re não tem p emitida em 2 17 parcelas	2022, os	valores pr
- I	Adições por incorporação (-) Amortização	244	(2.964)	de 2027, c	onforme per e Emissão d	centuais	de amor
-	Saldos em 31 de dezembro de 2022 13 Fornecedores	3.208	4.947	fazer o reso	e amortização pate antecipa	do da de	bênture, r
5	Fornecedores mercado interno Fornecedores mercado externo	2022 16.248 439	2021 1.104	 Além dos 	tura de Emis compromiss imos e finan	os usuais	s dos inst
;	14 Obrigações tributárias	<u>16.687</u>	1.104	sulas restrit	possuem, p ivas que imp	õem obriç	gações re
5	ICMS a recolher Provisão para ICMS a recolher - convênio 100	2022 824 2.403	2021 108	sob pena d	nados índice e provocar o Os referido	vencime	nto anteci
1	Provisão para IOF sobre mútuo Provisão de IRPJ a recolher	40 15	1.300 40	ras da Con	anualmente npanhia, apć Em 31 de de	s os eve	entos da i
5	Provisão de CSLL a recolher ISS a recolher IPI a recolher	15 57 24	16 30	com todas	as obrigaçõe Os índices	es assum	nidas, rela
-	IRRF sobre demais serviços prestados COFINS, PIS, CSLL retido na fonte	103 35	10	o vencimen	o exercício fi ito das debê	ntures; e	• Dívida
- s 1	15 Obrigações sociais e trabalhistas	<u>3.501</u> 2022	<u>1.507</u> 2021	o ajuste a v	istado, deve ⁄alor present erior a 3,0 p	e do CPC	C 12 - Aju:
a	Salários e ordenados Provisão para bônus	1.503 15.109	614 5.261	partir do ex	ercício a find I ção da dívi o	ar-se em	31 de dez
-	IRRF sobre folha de pagamento Encargos - INSS e FGTS Provisão para férias e encargos	1.398 2.055 3.982	551 909 _1.612	Empréstimo exercício	os e financiar	nentos n	o início do
	16 Passivo de arrendamento	24.047	<u>8.947</u>	caixa	ções que não	afetam (o fluxo de
)	Saldos em 1º de janeiro Adições por novos contratos	2022 7.157 970	4.817 4.344		e empréstimo ntos por inco		
	Atualização monetária Incorporação	140 260	582	Obtenção d	s que afetam le empréstim		e caixa
-	(-) Pagamentos das contraprestações Total do passivo de arrendamento Circulante	(4.626) 3.901 (2.284)	(2.586) 7.157 (4.802)		s de juros de principal os e financiar	mentos n	o final do
	Não circulante 17 Empréstimos e financiamentos	1.617	2.355	exercício Caixa e equ	uivalentes de	caixa	
_	Encargos Venci- Modalidade financeiros mento CDI +	2022	2021	(*) O total o	da em 31 de de dívida líqi ndamento, c	uida deve uja movir	e consider mentação
)	(5,85% ~ 6,00%) mai/26 Debêntures a.a. ~ jun/27	199.766	98.937	Nota 16. 17 de contas a	'. 4 Garantias a receber pe	s - As gar rformado	antias exi s pela Co
_	CDI + (3,65% ~ 12,02%) mar/23 CCB a.a. ~ jun/25	52.268	42.320	na escritura	rão com as a de emissã o fiduciária d	o): (a) al	ienação fi
á	CDI + (4,41% ~ 4,91%) set/25			demais em de contas a	oréstimos e fi receber e p	nanciame elo penhe	entos são
1	CPR a.a. ~ ago/27 Finep 5,58% a.a. ago/23 CDI +	51.823 13.405	-	da, oferecid 18 Provisõ	lo pela Comp es	annia.	
-	(4,3% ~ 5,87%) jul/23 CCE a.a. ~ mar/25	12.229	20.225	marketing) (
r -	9,64% ~ 14,71% jun/23 CCB a.a. ~ ago/24 Finame CDI + 5,10% a.a. out/22	1.914 680	1.991 163		ara devolução para contingê proyalties		
-	CDA CDI + 5,54% a.a. ago/24 Cessão fidu-	-	5.253	Outras prov Total de pro	risões		
)	ciária CDI + 6,10% a.a. ago/23	332.085 04.797) (Circulante Não circula (i) Provisã	nte o sobre ver	ndas - ^	Compani
_	Circulante Não circulante	04.797) (227.288	117.928	nhas come	rciais a qual	são prer	miados os

nao circulante 17.1 Captações - (a) Debêntures emitidas - (i) Primeira Emis-

17.1 Captações - (a) Debêntures emitidas - (I) Primeira Emissão - Em outubro de 2021, a Companhia autorizou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sua primeira emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), com o objetivo de financiar: (a) investimentos em nova planta industrial, equipamentos, laboratórios, veículos e tecnologia da informação; e (b) capital de giro e despesas com pesquisa e desenvolvimento. Nesse contexto, foram emitidas 100.000 debêntures em duas séries, sendo 20.000 na primeira série e 80.000 na segunda série. As 100.000 debêntures emitidas têm valor unitário, na

Provisão para ICMS a	recolher	 convênio 		
100 (Nota 14)	1000	0011700	817	_
Outras provisões (Not	a 18)		839	
Outras provisões - cut		endas	75	
Tributos diferidos ativos		ondao		8.155
lo passivo não circulant				002
Amortização acelerada		naível	(6.992)	_
Amortização fiscal do		igivoi	(2.974)	
Tributos diferidos passi			(9.966)	
Tributos diferidos ativos		s (ii)		8.155
lo passivo circulante	, nquiao.	, (₁₁)	1200	0.100
Imposto de renda e con	tribuição	social a		
recolher (Nota 14)	uibuigao	ooolai c	55	56
i) Conforme descrito na	Nota 1.1	i. em 28 de f		
Biotrop Soluções Biol				
Biotecnologia Indústria e				
orporação reversa, a p				
anhia passou a tomar				
iquisição da Total Bio p				
onforme previsto na le				
osto de renda diferido i	passivo. /	A reconciliaçã	ăo das cor	respon-
lentes despesas com in				
ı respectiva base contál	oil está de	emonstrada n	ia Nota 26	. (ii) Em
onsonância com o Pro	nunciame	ento Contábil	- CPC 3	2 Tribu-
os sobre o Lucro, a ent				
liferidos e os passivos t	fiscais dif	eridos que e	stão relaci	onados
om os tributos sobre o				
ributária e na mesma e	entidade 1	ributável, de	sta forma,	em 31
le dezembro de 2022, d	s tributos	diferidos es	tão aprese	entados
quidos no ativo.			•	
	Imobi-			
as,	lizado			
s e	em	Mais valia	Outros	
pa- Móveis e Veí-	anda-	sobre	imobi-	
tos utensílios culos	mento	investida		Total
597 522 1.792 123 3 112	-	-	476 652	14.047

2022 2021

			wayumas,			IIZauo			
			aparelhos e			em	Mais valia	Outros	
	Terre-	Hard-	equipa-	Móveis e	Veí-	anda-	sobre	imobi-	
	nos	ware	mentos	utensílios	culos	mento	investida	lizados	Total
ldos em 31 de dezembro de 2020	5.500	1.060	4.697	522	1.792	-	-	476	14.047
uisições	4	264	3.327	123	3.112	-	-	652	7.482
Baixas	-	-	(147)	-	-	-	-	(14)	(161)
Depreciações		(754)	(427)	(44)	(364)			(44)	(1.633)
ldos em 31 de dezembro de 2021	5.504	`57Ó	7.450	601	4.540	-	-	1.070	19.735
uisições	311	1.309	10.735	1.159	923	23.093	-	267	37.797
uisições por incorporação	-	378	782	107	-	-	920	947	3.134
Baixas	-	-	(184)	(94)	(601)	(300)	-	-	(1.179)
Depreciações		(587)	(814)	(71)	(385)		(356)	(235)	(2.448)
ldos em 31 de dezembro de 2022	5.815	1.670	17.969	1.702	4.477	22.793	<u> </u>	2.049	57.039
ca média anual de depreciação		20%	4%	7%	14%		10%	10%	
montante de R\$ 22.793 registrado er	m imobili	zado er	m andamento,	o equivalen	te a R\$	13.225 r	efere-se a a	diantamer	ntos efe-
dos para compra dos ativos imobiliza	dos para	amplia	ção da fábrica	em Curitiba	(Site 1	e Site 2)	. Em 31 de c	lezembro	de 2022
0021 a Companhia não possui hons	do ativo	imobili-	rada vinculada	e a garantic	aè nor c	mnráctin	noe honoário	c Toeto	an valor

idos a garantias por empréstimos bancários. **Teste ao valor** u valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda 12 e 2021, ñao houve indicadores de perda e necessidade de ficou mudanças que necessitariam de ajustes e/ou alterações Ágio gerado Mais valia Mais valia Marcas, na sobre a sobre direitos e combinação carteira de relação patentes de negócios clientes contratual Total

dos em 31 de dezembro de 2020	4.340	1.701	1.053	-	-	-	7.094
uisições	820	2.918	82	-	-	-	3.820
Amórtizações	(618)	(182)	(3)				(803)
dos em 31 de dezembro de 2021	4.542	4.437	1.132	-	-	-	10.11
ıisições	616	26.944	1.511	-	-	-	29.07
ilsições por incorporação	1.473	8.486	7.653	52.477	4.462	1.192	75.743
Baixas .	(25)	(1.188)	-	-	-	-	(1.213)
Amortizações	(1.511)	(1.401)	(487)		(1.487)	(1.192)	(6.078
dos em 31 de dezembro de 2022	5.095	37.278	9.809	52.477	2.975		107.634
a média anual de amortização	20%	14%	6%		17%	25%	
s exercícios acima apresentados, a d a necessidade de constituir qualquer acionada ao seu ativo intangível. 11.1	provisão para	perda R	3 100.000. São	, de R\$ 1. Assii caracterizada: icional fidejuss	s como da es	spécie quiro	ografária
ificação de impairment - Considerand				', conforme par			
processos e sinergia das operações, l	bem como for			, comorne par i energia renov			
tão de estratégia e operacional do Gru		aiden- _{no}		olíticas ESG. S			
ou uma única unidade geradora de cai		qual o ho		de 3,5% para			

pentures verdes", conforme parecer técnico que demonstra elementos ligados à energia renovável e boas práticas ambientais,
no âmbito das políticas ESG. Sobre a emissão das debêntures ouve comissão de 3,5% para os agentes financeiros sobre o
praior emitido, a qual está registrada em conta redutora do passivo com debêntures, como despesa financeira antecipada a
propriar no mesmo período de vigência das debêntures. (ii)
Segunda Emissão - Em junho de 2022, a Companhia autorirou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sua
segunda emissão de debêntures simples (não conversíveis em
ações), para distribuição pública com esforços restritos de disribuição. As 100.000 debêntures emitidas tém valor unitário, na
data da emissão, de R\$ 1. Assim, o valor total da emissão foi de
\$\$1 100.000. São caracterizadas como da espécie quirografária,
com garantia adicional fidejussória, e classificadas como "deenentos ligados à energia renovável e boas práticas ambientais,
no âmbito das políticas ESG. Sobre a emissão das debêntures
ouve comissão para os coordenadores da seguinte forma: (a)
estruturação e Coordenação: 1,25% flat sobre o valor total da
garantia firme, na proporção da garantia firme de cada Coordenador;
b) Prêmio de Garantia Firme: 1,00% flat sobre o valor total da
garantia firme, na proporção da garantia firme de cada Coordenador.
Cercipador. Remuneração - A debênture emitida no exercício de
2022 pela Companhia não sofrerá atualização monetária, mas
será remunerada por juros correspondentes a 100% do CDI,
acrescidos de 5,85% a.a. Os referidos juros remuneratórios seaño pagos trimestralmente. Adicionalmente, a segunda emissão,
de debenture mátida em 2022, os valores principais serão amorrizados em 17 parcelas trimestrais, entre junho de 2023 a julho
de 2027, conforme percentuais de amortização definidos na
será remunerada por juros correspondentes a 100% do CDI,
acrescidos de 5,85% a.a. Os referidos juros remuneratórios sedao pagos trimestralmente. Adicionalmente, a segunda emissão
de debentu

_	2022	2021
Empréstimos e financiamentos no início do exercício Movimentações que não afetam o fluxo de	170.665	54.253
caixa Juros provisionados	49.500	14.401
Aumento de empréstimos e		14.401
financiamentos por incorporação Movimentos que afetam o fluxo de caixa	19.555	-
	210.664	137.790
Obtenção de empréstimos		
Pagamentos de juros	(41.088) (77.211)	(5.392)
Pagamento de principal Empréstimos e financiamentos no final do	(11.211)	(30.387)
exercício	332.085	170.665
Caixa e equivalentes de caixa	(89.676)	
Dívida líquida em 31 de dezembro (*)	242.409	
(*) O total de dívida líquida deve considera	r o saldo	de passi-
vos de arrendamento, cuja movimentação e		
Nota 16. 17.4 Garantias - As garantias exis		
de contas a receber performados pela Cor		
tures contarão com as seguintes garantias		
na escritura de emissão): (a) alienação fid	luciaria de	açoes e
 (b) a cessão fiduciária de direitos creditórios demais empréstimos e financiamentos são o 	da Comp	annia. Os
de contas a receber e pelo penhor de parte		
da, oferecido pela Companhia.	uas propi	ias ações
18 Provisões		
10110000	2022	2021
Provisão para descontos (campanhas de		
marketing) (PC)	22.005	10.378
Provisão para devolução de mercadorias	1.845	763
Daniel a control of the control of t	622	E24

tal de provisões rculante (26.804) (14.264 622 Provisão sobre vendas - A Companhia promove campa nhas comerciais a qual são premiados os vendedores e suas respectivas equipes que atingem as metas de vendas estabe lecidas pela companhia. Sendo assim as eventuais despesas decorrentes das campanhas são provisionadas para que o resultado não seja comprometido com despesas de exercícios an-teriores. Adicionalmente, as campanhas vêm sendo pagas e a provisão revertida conforme competência de registro da despe sa. (ii) Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparada

> Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

2.469 27.426

1.403

Embalagens Matérias-primas Produtos semi-acabados Produtos acabados Produtos acabados em trânsito (cut off) (-) Provisão para estoques obsoletos

Não há estoques dados em garantia

2.257 4.442

2.118 3.172 1.861 1.086

4 CIDADES / EDIÇÃO DIGITAL

das ações, no âmbifo do aumento de capital ocorrido em 22 de novembro de 2018, conforme faculta a alínea "a" do parágrafo 1º da Lei 6.404/76. 20.3 Dividendos - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito à distribuição de dividendo mínimos obrigatórios, em cada exercício social, de 5% do lucro líquido realizado, após deduzido a quota destinada a constituição da reserva legal. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou das deliberações formais dos acionistas. 20.4 Reserva de lucros - (a) Reserva legal - A reserva legal é constituida anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social da Companhia ou 30% em conjunto com a reserva de capital A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital

da Companhia ou 30% em conjunto com a reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. (b) Reserva de incentívos fiscais - A Companhia possui benefício por meio do Convênio 100/1997 e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) do estado do Paraná, que concede as empresas do ramo agropecuário o diferimento desse imposto nas operações com determinados produtos/insumos dentro do estado do Paraná e, em operações fora do estado, a redução da base de cálculo do ICMS, reduzindo a carga fiscal efetiva sobre esses determinados produtos comercializados pela Companhia em 30% ou 60%. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração

subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas de vendas" (Nota

Lucro líquido do exercício Média ponderada do número de ações no exercício Lucro básico e diluído por ação 22 Receita líquida de vendas

ceita bruta de produtos e serviços -

Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo (+) Subvenção de impostos estaduais (i) (-) Tributos sobre vendas (-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes (-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)

Matérias-primas e materiais de consumo Materials-primas e materials de Consumo Mão-de-obra direta Fretes e carretos sobre vendas Depreciação e amortização Ociosidade de produção Ajuste de materials em trânsito (cut off)

o para descontos (campanha

marketing)
Serviços de terceiros (PJ)
Direitos de uso (royalties)
Provisão para devedores duvidosos
Depreciações e amortizações
Amortização de IFRS 16
Despesas e com veículos

Despesas com veículos Outras despesas com vendas

Salários e encargos

__14.771 ____2,09

2022

(24.335)

(50.800)

353.636 164.873

12.225 8.268 19.367 11.626 (33.397) (16.931)

(217)

continuação)

continuação)

con depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela diretoria, amparada pela opinião de consulto-es legais externos, para as causas classificadas como de risco- de perda provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 existem processos trabalhistas contra a Companhia, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Os montantes envolvidos e provisionados são de R\$ 622 (2021 - R\$ 534). Contingências conssiveis - A Companhia adotou uma estratégia tributária em elação ao pagamento de ICMS consistente com a legislação, que incentiva e reduz as aliquotas de PIS e COFINS sobre biodicos. A administração acredita que as normas infralegais sobre o tema são inconsistentes com a intenção dos legisladores e os assessores legais externos classificaram a probabilidade de perda como possível para o caso, o montante envolvido é de R\$ 3.000. A Administração entende não ser necessária a constituição de provisão. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adiconalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de natuezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela diretoria da Companhia. Entretanto, com base ao opinião de seus consultores legais e da Diretoria da Companhia, têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não são conhecidas peras en aconstituição de provisão para cobrir eventuais perdas. 19 Partes relacionadas - (a) Saldos patrimoniais

Ativo circulante Contas a receber de clientes Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i) Biotrop Participações S.A. Agro Bio Argentina S.A.U. 3.742 -3.742 14.590 Ativo não circulante Partes relacionadas Mútuo: Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i) Mútuo: Biotrop Participações S.A. 81.540 4.400 -4.400 81.540 Partes relacionadas Dividendos a pagar (i) Passivo não circulante

Mútuc Biotrop Participações S.A (ii)

ji) Os R\$ 20.487 correspondiam a saldos junto a sua então controladora Biotrop, os quais foram compensados em sua totalidade quando da incorporação reversa integral do patrimônio la sua controladora, conforme mencionado na Nota 1.1. (ii) Rere-se a mútuo contraido da holding do Grupo, Biotrop S.A., sujeito a remuneração de 1% ao mês e com vencimento em 48 meses da data de assinatura do contrato, e sem incidência de encargos ou previsão de vencimento para esses empréstimos.

2022 2021

427 263

2022 2021

zindo a carga fiscal efeitva sobre esses determinados produtos comercializados pela Companhia em 30% ou 60%. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas de vendas" (Nota 22), em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. (c) Reservas estatutárias - As reservas estatutárias, quando aplicável, serão constituídas mediante a transferência de saldos de lucros acumulados remanescentes após a destinação da reserva legal, dos dividendos mínimos e de outras distribuições de lucros, limitada, em conjunto com valor da reserva legal, ao montante do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva para orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, e/ou para investimentos, com a utilização de até 5% do lucro líquido do exercício, após as destinações surpacitadas. (d) Reserva de lucros retidos - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", afé que haja a deliberação dos acionistas. 20,5 Opções de pagamento baseado em ações - Em 1 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Biotrop Participações S.A. (Biotrop S.A.), o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que permite que a Biotrop S.A. outorgue opções de compra de suas ações a administradores, empregados e prestadores de serviço a Biotrop S.A. mediante cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o éxito e a consecução das atividades da Companhia; e, iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviço com os interesses da Companhia; e, iii) incentivar a permanência dos administradores, Compra de produtos
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.
Receita líquida de vendas
Vendas de produtos
Agro Bio Argentina S.A.U.
Custo das vendas
(Agridas de produtos 3.944 (621) espesas gerais e administrativas Despesas gerais e administrativas
Receita com serviços compartilhados
Biotrop Participações S.A.
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.
Despesas com serviços compartilhados
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.
Resultado financeiro
Receitas financeiras sobre mútuos
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.
Despesas financeiras sobre empréstimos
Biotrop Participações S.A.
Total - (3.083) 2.094

Ativo circulante Contas a receber de clientes Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy) Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo 17.516 14.162 7.861 1.115 Agrogalaxy) Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy) Grão de Ouro Agronegocios (Grupo Grão de Ouro Agronegocios (Grupo Agrogalaxy) VETBR Saude Animal Ltda Agrocat Distribuidora de Insumos Agricolas Ltda (Grupo Agrogalaxy) Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuarios Ltda (Grupo Agrogalaxy) Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy) Total de partes relacionadas do mesmo grupo econômico fransações 4.456 2.703 194 10.096 1.532 51.570 26.035

Receita líquida de vendas Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo
Agrogalaxy)
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)
Grão de Ouro Agronegocios (Grupo 30.120 13.857 deduções sobre vendas (ii) (50.800) (23.210) (276.696 (139.636) (1 19.135 10.237 3.257 692 Grão de Ouro Agronegocios (Grupo Agrogalaxy)
VETBR Saude Animal Ltda
Agrocat Distribuídora de Insumos Agricolas
Ltda (Grupo Agrogalaxy)
Boa Vista Comércio de Produtos
Agropecuarios Ltda (Grupo Agrogalaxy)
-errari Zagatto Comércio de Insumos S/A
Grupo Agrogalaxy)
Total
Custo das vendas
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo
Agrogalaxy) 5.050 41 13.546 5.896 16

2.195 364 **79.240 28.310** (6.287) (2.802)

Sussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy) (2.117) (1.303) Agrogalaxy) (441) (197) Grão de Ouro Agrogelaxy) (441) (197) Grão de Ouro Agronegocios (Grupo Agrogalaxy) (869) (382) (77) (66) Agrocat Distribuidora de Insumos Agricolas Ltda (Grupo Agrogalaxy) (1.784) (129) 30a Vista Comércio de Produtos Agropecuarios Ltda (Grupo Agrogalaxy) (712) (1) errari Zagatto Comércio de Insumos S/A Grupo Agrogalaxy) (712) (1) (19.34) (1

20.1 Capital social - Em 2022, foi aprovada em Assembieia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução do capital social da Companhia em R\$ 15.674 (veja Nota 1.1), mediante extinção de 1972.894 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Após este ato, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser le R\$ 5.030 (R\$ 20.704, em 31 de dezembro de 2021), dividido em (i) 14.760.737 ações ordinárias (19.733.631 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10.000 ações preferenciais de classe "A" (10.000 ações preferenciais de classe "A" (10.000 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), nominati-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Aos Diretores e Acionistas - Total Biotecnologia Indústria e

Aos Diretores e Acionistas - Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. Diplnião - Examinamos as demonstrações financeiras da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos flucos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas conábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevanes, a posição patrimonial e financeira da Total Biotecnologia nútistria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contácieis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria peis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria oi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internaioi conduzida de acordo com as normas brasileiras e interna-cionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformi-dade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitu-ada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em rela-ção à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevan-es previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades

éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nosa opinião. Énfase - Transações com partes relacionadas - Chamamos atenção para as Notas 19 e 19.1 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Principais Assuntos de Auditoria - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA - Teste de recuperabilidade do ágio - Conforme descrito nas Notas 4.5, 4.7 e 11 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta ágio registrado no ativo intangível, decorrente de combinação de negócios, no montante de R\$ 52.477 mil. O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio está alocado é testado anualmente pela diretoria. A diretoria determinou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo des caixa descontado. Este

24 Despesas por natureza - A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza e finalidade, conforme requerido pelas práticas contábeis, é como segue: 24.1 Despesas com vendas

assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como a determinação de premissasa que requerem julgamentos por parte da diretoria da Companhia, que podem impactar os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela diretoria, para mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo a definição de modelos de cálculo e premissas utilizadas para determinação das projeções de resultados futuros. Com o apoio de nossos das projeções de resultados futuros. Com o apoio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas projeções, tais como, taxa de crescimento e taxa de desconto, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, com informações históricas da própria Companhia e com os orçamentos apresentados pela diretoria. Por fim, efetuamos leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior - O exame das demonstrações utilizadas nas projeções, tais como, taxa de crescimento e taxa

24.2 Despesas gerais e administrativas Salários e encargos Serviços de terceiros (PJ) Utilidades e serviços Despesas com veículos Depreciações e amortizações Amortização IFRS 16 Doações, brindes e bonificações Outras despesas gerais e administrativas (4.628) (65.944) 2022 Receitas financeiras Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes receber de clientes
Rendimentos de aplicações financeiras
Descontos obtidos
Juros recebidos
Variação cambial (ativa)
Variação cambial (ativa)
Variação monetária
Outras receitas financeiras
Total das receitas financeiras
Despesas financeiras
Comissões e despesas bancárias
Descontos concedidos
Juros pagos ou incorridos
Debêntures
Variação cambial (passiva)
IOF (2.763) (2.210) (48.252) (6.824) (693) 2021 2022

Imposto Contri- Imposto Contri-de buição de buição renda Lucro antes do imposto contribuição social 26.901 26.901 36.183 36.183 Alíquota máxima 25% (9.046) 9% (3.256) (6.725) 9% (2.421) (adições) permanentes Despesas indedutíveis e outras, líquidas 711 432 416 Subvenção governamental - ICMS 1.046 4.842 1.583 2.907 • Inovação tecnológica -"Lei do bem" 4.113 548 Efeito da diferença do adicional de alíquota

ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financei-ros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As ativida-des da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus des da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela Gerência e diretoria da Companhia, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e diretoria da Companhia, sendo que a Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com acumidados correctionais. As contrados entidados contras executados entidados executados entidados com as unidades operacionais. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes e outros créditos Partes relacionadas 194.684 124.260 4.400 81.540 288.760 242.987 Ativos ao custo amortizado Passivos Fassivos
Fornecedores e outras contas a pagar
Passivo de arrendamento
Empréstimos e financiamentos 18.143 3.901 332.085 10.301 170.665

Passivo de arrendamento
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Dividendos a pagar
Passivo ao custo amortizado
Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras; Contas a receber de clientes/
Contas a pagar a fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; Partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações can contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais; Outras contas a receber e outras contas a pagar - Saldos decorrentes de outras transações; Passívo de arrendamentos - Saldos decorrentes de outras transações de arrendamentos com terceiros. 27.1 Gerenciamento de risco financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade da área de Tesouraria, Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria precifica e atua de forma a zerar possíveis impactos no resultado da Companhia. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as commodities são considerados a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativa de plantio e realização da produção e as expectativa for experimentos financeiros. Risco de crédito Risco de liquidez; e, Risco de mercado. Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. (a) Risco de crédito o risco da contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de

Caixa e equivalentes de caixa

89.676

37.187

Contas a receber de clientes e outros créditos 194.684

124.260

Ativos ao custo amortizado

194.684

(b) Risco de liquidez - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é e fetuado com o objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela Gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos Caixa e equivalentes de caixa

financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e po meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais por no mínimo 12 meses. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, correspondentes ao valor nominal das parcelas a serem pagas em cada faixa de vencimento.

Ate 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar
Passivo de arrendamento
Emprésidos e financiamentos
Dividentes e pagar Dividendos a pagar No circulante De 2 a 6 anos
Passivo de arrendamento
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
No não circulante

Passivo de arrendamento
Empréstimos e financiamentos
227.288 117.928
239.205 120.305
No não circulante
(c) Risco de mercado - (i) Risco de taxa de juros - O risco
de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de
aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como
política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de
Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural
entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade de
a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos
empréstimos e financiamentos. Além disso, a diretoria monitora
continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de
avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
Ademais, a Companhia tem parte de sua divida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e pela variação do Certificado
de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de
vigência das operações. (ii) Risco de moeda - A Companhia
possul ativos denominados em moeda estrangeira, conforme
mencionado na Nota 6. O risco de moeda é acompanhado regularmente pela Tesouraria e a diretoria entende que o não é necessário contratar instrumentos financeiros para sua mitigação dado
o baixo impacto sobre os saldos de contas a receber. (d) Risco
operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou
indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a
processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e
de fatores externos, exceto riscos de cordito, mercado e liquidez,
como aqueles decorrentes de vigências legais e regulatórias e
de padrões geralmente aceitos de compontamento empresarial. O
objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a corrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação,
buscar eficácia de custos e para evitar procedim

za, em relação aos valor em reais é como segue: Bens segurados Edifício, máquinas, Riscos cobertos Incendio, acidentes equipamentos e ambientais, explosão de qualquer natureza, furtos e outros Danos materiais, corporais 67.936 33.602 22.260 17.280 Veículos e morais Seguro Garantia FINEP Seguro de crédito Finep Perdas indenizáveis devido Responsabilidade a terceiros, decorrente de 10.000 10.000 uma relamação Morte, morte acidental, invalidez permanente por acidente, invalidez por

332.085 170.665

(89.676) (37.187) 246.310 140.635

Total de passivo de arrendamento Total dos empréstimos e financiamentos

(-) Caixa e equivalentes de caixa Dívida liquida (A)

invalidez permanente por acidente, invalidez por 1510 doença 29 Eventos subsequentes - Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia firmou contrato de operação de swap de fluxo de caixa, no montante de R\$ 10.000, cuja liberação da 1ª parceia no valor de R\$ 1.667 está para cocrrer no início de maio de 2023, conforme previsto em contrato. Em 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), o aumento de capital social da Companhia em R\$ 24.000, mediante emissão de 70.443.161 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização das reservas de capital social. Em virtude da deliberação acima, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R\$ 29.030 (R\$ 20.704, em 31 de dezembro de 2021), dividido em (i) 85.207.070 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 8 de fevereiro de 2023, ocorreu manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), a cerca de decisão definitiva exonerando tributos recolhidos de forma continuada, que perderá sua eficácia quando a Corte se pronunciar em sentido contrário. Por maioria de votos, ficou definido que a perda de efeitos é imediata e sem a necessidade de ação rescisória, quando se tratar de decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral. Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tenha sido sobre CSLL, existem outras decisões tibutárias transitadas em iuldado de ações Seguro de Vida em Grupo (RH) existem outras decisões da Corte, com repercussão geral, que contrariam decisões tributárias transitadas em julgado de acõe individuais. Atualmente, a Companhia possui temas de natureza tributária em discussão no Judiciária, mas nenhuma com trânsi

Diretoria Adriano Zan - Diretor Financeiro Daniela Vizzotto – Contadora – CRCRS 065893/O-7 T-PR

to em julgado. A Companhia avaliou o tema com seus assessores jurídicos e não foram identificados impactos.

financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, fo conduzido sob a responsabilidade de outros auditores inde-pendentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 5 de abril de 2022, sem ressalvas. **Responsabilidades da dire**toria pelas demonstrações financeiras - A diretoria da Con panhia é responsável pela elaboração e adequada apresenta ção das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou érro. Na elaboraçã das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. relevante, independentementé se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu rança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções po dem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas re levantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos cet

> Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

TRIBUNA | sexta-feira, 28 de abril de 2023

(continuação)
cismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos confuio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles in-

ternos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Com-panhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deve-nos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou in-cluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

nhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responde apresentação adequada. Comunicamo-nos com os respon-sáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as defici-ências significativas nos controles internos que, eventualmen-te, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsá-veis pela governança, determinamos aqueles que foram consi-

derados como mais significativos na auditoria das demonstra ções financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circuns tâncias extremamente raras, deter minarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso minarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Ribeirão Preto, 6 de abril de 2023
PricewaterhouseCoopers Rodrigo de Camargo
Auditores Independentes Ltda. Contador CRC 1SP219767/O-1
CRC 2SP000160/O-5

💳 Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. 💳

CNPJ/MF N.º 07.483.401.0001-99
Aviso aos Debenturistas.

A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") informa aos titulares das debêntures emitidas pela Companhia nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em com garantia real, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e do instrumento particular de escriturada 2º (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição que, a partir do ano de 2023, as publicações das suas demonstrações financeiras, exigidas pela Lei 6.404/76, serão veiculadas exclusivamente pelos Jornais Tribuna do Paraná e Diário Oficial Paraná, conforme previsão das referidas escrituras

Autopista Litoral Sul S.A. CNPJ/ME nº 09.313.969/0001-97 - NIRE 41.300.308.730 - Companhia Aberta Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023 1. Data, Hora e Local: Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 13h30 horas, na sedi social da Autopista Litoral Sul S.A. ("<u>Companhia</u>") localizada no Município de São José dos Pinhais Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condo-mínio Portal do Porto, Bairro Roseira. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos ermos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa** Presidente: Sra, Simone Aparecida Borsato: Secretária: Sra, Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, **4. Orden** do Dia: 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. Deliberações: Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reeleger para o cargo de (i) <u>Diretor Executivo</u> de Operações, o Sr. **Andre Giavina Bianchi**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador de cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21 residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) <u>Diretor de Operações</u>, o Sr. **Antonio Cesar Ribas Sass**, brasileiro, casado engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PR), inscrito no CPF/ME sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condomínio Portal do Porto Bairro Roseira; (iii) <u>Diretor de Assuntos Regulatórios</u>, a Sra. **Giane Luza Zimmer Freitas,** brasileira casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissiona no Município de São Paulo. Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (iv) <u>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a</u> Sra. **Simone Aparecida Borsato**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 20.218.403-1, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.031.948/79, residente e domiciliada no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição Estado de Sao Paulo, na Av. Pesidente de Souza, prasileiro, casado, engenheiro, portado da cédula de identidade CREA/PE nº 36051, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.868.284-94, residente. no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição

para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam poss

em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no

qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("<u>Lei nº 6.404/76")</u>, e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março do

2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumi o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela

Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de com panhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da

ei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. 5.2. Aprova a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º

da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que ilida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia, Sr. Roberto Paolini e Sra. Flávia

Lúcia Mattioli Tamega. São José dos Pinhais, 31 de março de 2023. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária. Junta Comercial do Estado do Paraná

Certifico o registro em 12/04/2023, 14:21 horas, sob nº 20232434158. Protocolo: 232434158 de

BUSCHLE - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A CNPJ - 84.684.497/0001-02

Balanço Patrimonial - Encerrado Em 31/12/2022 (Em milhares de reais)

Marcelo Schroeder Grubba CRC (SC) 36.264/O-4

Autopista Planalto Sul S.A. CNPJ/ME nº 09.325.109/0001-73 – NIRE 41.300.074.623 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023 1. Data, Hora e Local: Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 14:00 horas, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná, na Praça de Pedágio BR 116, km 204, s/n, térreo da Praça de Pedágio, Bairro Roseira, CEP 83880-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do § 2º do Ártigo 11 do Estatuto Social da Autopista Planalto Sul S.A. ("<u>Companhia")</u> tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia 3. Mesa: Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega 4. Ordem do Dia: 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. Deliberações: Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reeleger para o cargo de (i) <u>Diretor Exe</u> cutivo de Operações, o Sr. Andre Glavina Bianchi, brasileiro, casado, engenheiro químico, portado da cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21 residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) <u>Diretor de Operações</u>, o Sr. **Antonio Cesar Ribas Sass**, brasileiro, casado engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PR), inscrito no CPF/MF sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condomínio Portal do Porto Bairro Roseira; (iii) Diretor de Assuntos Regulatórios, a Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, brasileira casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3, inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissiona no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n' 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (iv) <u>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores,</u> a Sra. **Simone Aparecida Borsato**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 20.218.403-1, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.031.948/79, residente e domiciliada no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Con ceição; e (v) <u>Diretor de Manutenção</u>, o Sr. **Luiz Marcelo de Souza**, brasileiro, casado, engenheiro portador da cédula de identidade CREA/PE nº 36051, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.868.284 94, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sedo da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80 de 13 de dezembro de 170<u>centro versor</u>, a la capitación de de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei n^c 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta. (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. 5.2. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia, Roberto Paolini e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Rio Negro, 31 de março de 2023. *"Confere com a origina lavrada em livro próprio"* **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** — Secretária. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro em 12/04/2023, 13:15 horas, sob nº 20232434700. Protocolo: 232434700 de 10/04/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.







JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - CNPJ nº 77.591.402/0001-32

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022 Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021							
	NOTA	CONTROL		CONSOL	LIDADO		CONTROL		CONSOL	IDADO
	EXPLICATIVA	2022	2021	2022	2021	-	2022	2021	2022	2021
ATIVO						RECEITAS OPERACIONAIS	467.062.432,49	391.091.675,03	582.006.802,46	494.155.634,19
ATIVO CIRCULANTE		837.336.289,84	842.132.134,93	1.309.138.033,14	743.235.889,71	RECEITAS DE VENDAS	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74
DISPONIBILIDADES		7.746.756,88	13.301.455,86	26.992.684,97	25.108.894,77	RECEITA VENDA DE IMÓVEIS	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74
CAIXA		2.355.092,05	950.325,04	11.625.121,62	8.705.777,90	RECEITA DE ALUGUEL	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64
BANCOS CONTA MOVIMENTO		162.794,62	6.119.425,76	3.374.636,61	7.405.544,93	RECEITA DE ALUGUEIS	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		5.228.870,21	6.231.705,06	11.992.926,74	8.997.571,94	RECEITA DE SERVIÇOS	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81
CRÉDITOS DE		- 40 500 700 00	400 65	244 005 242 40	145 755 052 66	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81
FUNCIONAMENTO		540.563.720,82	555.630.108,65	914.925.343,18	415.755.053,66					
PROMITENTES COMP. DE IMÓVEIS		87.987.776,33	65.902.710,56	447.641.911,03	225.953.105,76	(-) DEDUÇÕES	(26.358.988,16)	(21.383.471,65)	(32.432.484,37)	(29.434.050,02)
FATURAS A RECEBER		102.033.631,35	100.400.044,76	105.122.168,68	103.776.663,76	IMPOSTOS S/ RECEITA BRUTA	(26.358.988,16)	(21.383.471,65)	(32.432.484,37)	(29.434.050,02)
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR		418.938,29	375.366,61	612.223,08	454.138,39	DISTRATOS	(2.161.137,96)	(1.045.544,90)	(4.254.458,90)	(4.586.811,26)
CRÉDITOS DE		_	_	19.786,15	_	IMPOSTOS S/ RECEITA	(24.197.850,20)	(20.337.926,75)	(28.178.025,47)	(24.847.238,76)
FUNCIONÁRIOS IMPOSTOS A RECUPERAR		14.250.275,61	15.542.943,55	14.332.592,89	15.766.419,90					
CRÉDITOS DIVERSOS	Nota 4	334.626.887,61	372.696.784,71	345.950.449,72	69.092.467,39	CUSTOS	(351.667.373,63)	(308.489.335,28)	(395.903.551,68)	(353.638.079,57)
CONSÓRCIO EM ANDAMENTO		1.246.211,63	712.258,46	1.246.211,63	712.258,46	CUSTO DE VENDAS	(17.942.834,15)	(28.067.623,45)	(51.248.524,12)	(59.594.228,36)
		307 747 040 54	272 222 254 54	305 007 450 00	200 000 707 00	CUSTO DE VENDA DE IMÓVEIS	(17.942.834,15)	(28.067.623,45)	(51.248.524,12)	(59.594.228,36)
ESTOQUES TERRENOS E IMÓVEIS A		287.547.848,54	270.899.251,54	365.387.450,90	300.062.735,06	CUSTOS DE SERVIÇOS	(331.236.322,32)	(276.620.915,03)	(334.988.865,25)	(287.416.087,08)
COMERCIALIZAR		260.868.017,54	246.536.006,05	224.952.507,48	203.151.932,67	CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	(331.236.322,32)	(276.620.915,03)	(334.988.865,25)	(287.416.087,08)
IMÓVEIS USADOS ADQUIRIDOS TERCEIROS		10.810.362,55	11.415.441,63	17.965.858,90	18.590.511,21	DESPESAS COM VENDAS	(2.488.217,16)	(3.800.796,80)	(9.666.162,31)	(6.627.764,13)
IMÓVEIS CONCLUÍDOS		424.396,57	1.020.724,78	11.783.704,13	13.683.720,62	COMISSÕES	(2.488.217,16)	(3.800.796,80)	(9.666.162,31)	(6.627.764,13)
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO LOTEAMENTOS -		14.198.869,44	10.680.876,64	109.439.177,95	63.390.368,12					
CONCLUIDOS		1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44	DESPESAS OPERACIONAIS	(66.262.626,91)	(25.957.312,89)	(86.404.967,29)	(42.398.742,32)
DESPESAS APROPRIADAS										
DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		1.477.963,60	2.301.318,88	1.832.554,10	2.309.206,22	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(48.305.901,03)	(38.836.190,00)	(67.560.327,19)	(54.370.075,33)
DESPESAS APROPRIADAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		1.477.963,60	2.301.318,88	1.832.554,10	2.309.206,22	DESPESAS GERAIS	(24.947.048,07)	(20.243.844,22)	(37.122.856,01)	(29.259.063,28)
		00 700 446 60	01 105 010 00	25 400 502 07	10 040 044 70	DESPESAS C/PESSOAL	(22.464.828,57)	(15.652.542,11)	(28.735.920,96)	(21.810.117,96)
NÃO CIRCULANTE		93.502.146,68	94.195.618,80	35.409.592,97	43.046.211,72	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(894.024,39)	(2.939.803,67)	(1.701.550,22)	(3.300.894,09)
REALIZÁVEL A LONGO	Nota 5	93.258.202,90	93.132.095,38	35.048.617,49	41.962.688,30	DESPESAS TRIBUTÁRIAS DIFERIDAS	-	-	-	-
PRAZO ADIANTAMENTO P/		,	•	,	,					
AUMENTO DE CAPITAL	Nota 6	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71	ENCARGOS FINANCIAMENTO LIQUIDOS	(57.629.706,07)	(27.446.999,34)	(58.213.006,53)	(28.338.825,25)
OUTROS DÉBITOS		92.913.763,19	92.787.655,67	34.704.177,78	41.618.248,59	DESPESAS FINANCEIRAS	(59.994.363,07)	(27.651.478,53)	(62.017.863,33)	(29.842.206,68)
I						RECEITAS FINANCEIRAS	2.364.657,00	204.479,19	3.804.856,80	(1.503.381,43)
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		243.943,78	1.063.523,42	360.975,48	1.083.523,42					
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		243.943,78	1.063.523,42	360.975,48	1.083.523,42	OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	39.386.497,40	40.475.481,34	39.150.048,79	40.456.271,18
INVESTIMENTO		254.579.688,50	213.492.385,50	298.333.277,00	266.482.582,64	PERDAS NO RETORNO DE IMÓVEIS	_	_	(126.304,89)	(151.522,42)
INVESTIMENTO		180.781.124,65	144.714.342,96	132.367.509,62	110.390.812,71	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS			, ,	,
AÇÕES		325.966,29	280.275,09	325.966,29	280.275,09	OPERACIONAIS	39.386.497,40	40.475.481,34	39.276.353,68	40.607.793,60
QUOTAS DE CAPITAL QUOTAS DE CONSÓRCIO		180.455.158,36	144.434.067,87	132.041.543,33	109.618.559,87 491.977,75					
		72 272 255 04	00 444 070 00	105 075 502 22		DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	286.482,79	(149.604,89)	218.317,64	(146.112,92)
IMOBILIZADO IMÓVEIS		73.379.255,91 319.026,58	68.144.970,92 319.026,58	165.275.593,23 95.804.392,14	1 55.437.014,88 89.859.379,52	DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	286.482,79	(149.604,89)	218.317,64	(146.112,92)
MÁQUINAS E		37.470.051,42	29.183.571,42	38.831.259,65	30.809.927,82					
EQUIPAMENTOS DE OBRAS VEÍCULOS		25.489.888,43	27.752.926,69	25.609.038,43	27.780.576,69	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	8.122.433,10	520.050,05	8.420.179,48	(596.990,75)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		177.594,96	388.278,35	2.833.068,42	2.413.890,58	DESPESAS OPERACIONAIS	(470.066,90)	(723.549,70)	(3.370.317,25)	(3.815.239,42)
TELEFONE SEDE ADMINISTRATIVA		- 25.258.114,61	25.258.114,61	25.258.114,61	20.832,97 25.258.114,61	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(470.066,90)	(723.549,70)	(3.370.317,25)	(3.815.239,42)
EQUIPAMENTOS C.P.D.		792.119,43	1.217.191,13	825.552,44	1.354.750,19	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	8.592.500,00	1.243.599,75	11.790.496,73	3.218.248,67
PROGRAMAS DE COMPUTADOR		-	-	-	-	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	8.592.500,00	1.243.599,75	11.790.496,73	3.218.248,67
DEPRECIAÇÃO		(16.127.539,52)	(15.974.137,86)	(23.885.832,46)	(22.060.457,50)					
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(101.2.1.	(10.0.	(20.000,	(22.000,	PROVISÕES	-	-	(3.118.216,07)	(3.247.210,19)
INTANGIVEL		419.307,94	633.071,62	690.174,15	654.755,05	PROVISÕES P/ IMPOSTOS	-	-	(3.118.216,07)	(3.247.210,19)
DIREITOS, MARCAS e PATENTES		1.071.723,22	1.071.723,22	1.369.169,16	1.116.378,38	PROVISÕES P/ IMPOSTOS	-	-	(3.118.216,07)	(3.247.210,19)
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(652.415,28)	(438.651,60)	(678.995,01)	(461.623,33)					
TOTAL ATIVO		1.185.418.125.02	1.149.820.139.23	1.642.880.903.11	1.052.764.684.07	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	30.895.876,89	35.781.605,26	72.567.762,53	64.840.561,34
As Notas Explicativas são partes int						As Notas Explicativas são partes integrantes das	s Demonstrações C	ontábeis		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

	NOTA _	CONTRO	LADORA	CONSOL	IDADO
PA CON/O	EXPLICATIVA	2022	2021	2022	2021
PASSIVO PASSIVO CIRCULANTE		364.480.198,36	250.377.782,02	693.268.870,87	361.727.164,19
FORNECEDORES FORNECEDORES		21.849.808,18 21.849.808,18	16.613.504,73 16.613.504,73	31.292.651,65 31.292.651,65	21.649.136,27 21.649.136,27
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		155.528.676,22	95.889.318,30	156.001.132,50	96.416.893,38
CAPITAL DE GIRO		150.243.572,26	92.218.677,37	150.243.572,26	92.218.677,37
OUTROS DEBITOS FINANCIAMENTO IMOBILIZADO)	5.285.103,96	3.670.640,93	5.757.560,24	4.198.216,01
OBRIGAÇÕES FISCAIS IMPOSTOS À PAGAR		1.939.170,48 1.939.170,48	2.290.260,64 2.290.260,64	4.009.100,43 4.009.100,43	3.854.271,75 3.854.271,75
OBRIGAÇÕES PREVIDÊNCIAS E SOCIAIS		8.001.479,09	8.010.777,53	9.668.665,82	9.107.598,50
OBRIGAÇÕES		677.235,66	539.536,70	1.433.513,62	1.447.278,67
SALÁRIOS À PAGAR PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO		2.812.528,19 4.511.715,24	2.959.525,59 4.511.715,24	3.723.436,96 4.511.715,24	3.148.604,59 4.511.715,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES		177.161.064,39	127.573.920,82	492.297.320,48	230.699.264,29
ADIANTAMENTO DE CLIENTES OUTRAS OBRIGAÇÕES	Nota 7 Nota 8	85.748.527,49 76.814.664,53	61.309.325,97 51.306.214,36	438.953.592,00 35.780.856,58	187.699.673,78 24.928.971,14
CHEQUES A COMPENSAR	Note 0	-	1.492,59	-	-
OUTROS DEBITOS PROVISÕES TRABALHISTAS	Nota 9	13.403.971,65 1.193.900,72	14.572.205,60 384.682,30	16.118.579,68 1.444.292,22	17.349.238,72 721.380,65
NÃO CIRCULANTE		408.447.722,00	487.799.300,84	449.418.782,77	221.517.334,14
EXIGIVEL A LONGO PRAZO DÉBITOS CONSOLIDADOS	Nota 10	2.859.374,36 2.859.374,36	7.371.089,60 7.371.089,60	2.859.374,36 2.859.374,36	7.371.089,60 7.371.089,60
OUTRAS CONTAS SÓCIOS / DIRETORES		217.525.606,71	307.016.935,64	217.525.606,71	301.728,35
OUTROS DÉBITOS CONSORCIADAS	Nota 11	217.525.606,71	307.016.935,64	217.525.606,71	301.728,35
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS P/ VENDA IMÓVEIS	Nota 12	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		188.062.740,93	173.411.275,60	229.033.801,70	213.844.516,19
CAPITAL DE GIRO		179.398.095,21	167.803.728,93	179.398.095,21	167.803.728,93
FINANCIAMENTOS DE CONSTRUÇÃO		-	-	40.680.546,71	39.602.699,82
FINANCIAMENTO IMOBILIZADO QUOTAS DE CONSÓRCIO)	8.664.645,72	5.607.546,67	8.955.159,78	6.438.087,44 491.977,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		412.490.204,66	411.643.056,37	500.193.249,47	469.520.185,74
CAPITAL SOCIAL Capital (-) Capital a Integralizar		40.000.000,00 40.000.000,00	39.663.656,69 40.000.000,00 (336.343,31)	90.074.681,99 99.485.536,61 (9.410.854,62)	91.157.873,56 91.509.216,87 (351.343,31)
RESERVAS DE CAPITAL		179.378.760,60	180.583.754,05	136.007.356,89	137.212.350,34
Reserva Corr. do Capital Ajuste Avaliação Patrimonial		1.931,53 179.376.829,07	1.931,53 180.581.822,52	2.346.823,90 133.660.532,99	2.346.823,90 134.865.526,44
LUCROS OU PREJUIZOS		193.111.444,06	191.395.645,63	274.111.210,59	241.149.961,84
ACUMULADOS Resultado Acumulado		193.111.444,06	191.395.645,63	274.111.210,59	241.149.961,84
TOTAL PASSIVO		.185.418.125,02	1.149.820.139,23	1.642.880.903,11	1.052.764.684,07

Método Indireto	Contro	ladora	Consoli	idado	
	2022	2021	1 2022 20		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido do Exercício	30.895.876,89	35.781.605,26	72.567.762,53	64.840.561,34	
Ajuste por:					
Depreciação	5.329.272,39	4.651.442,61	7.372.019,03	6.529.783,66	
Variação dos Ativos e Passivos					
Aumento em Contas a Receber	15.066.387,83	(144.526.145,44)	(499.170.289,52)	(83.439.019,43)	
Redução Estoques de Imóveis	(16.648.597,00)	(6.590.088,74)	(65.324.715,84)	(13.181.985,06)	
Redução em Despesas Antecipadas	823.355,28	(247.994,39)	476.652,12	1.243.988,59	
Aumento em Fornecedores	5.236.303,45	4.075.653,25	9.643.515,38	5.277.316,37	
Aumento/Redução em Emprestimos e Financiamentos	59.639.357,92	37.384.973,37	59.584.239,12	36.157.138,32	
Aumento em Obrigações Fiscais	(351.090,16)	1.157.538,14	154.828,68	1.489.897,32	
Reduçao em Obrigações Sociais	(9.298,44)	954.269,42	561.067,32	1.157.532,83	
Aumento em Outras Obrigações	49.587.143,57	26.441.235,13	261.598.056,19	118.723.469,82	
Aumento/Redução em depositos e cauções	819.579,64	(741.462,38)	722.547,94	(743.744,42)	
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	150.388.291,37	(41.658.973,77)	(151.814.317,05)	138.054.939,34	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	s				
Aumento em imobilizado	(10.349.793,70)	(7.277.058,73)	(17.210.597,37)	(9.294.034,78	
Aumento em Intangível	-	-	(35.419,10)	(5.837,00	
Redução/Aumento em Investimentos	(36.421.781,69)	(21.655.007,65)	(21.976.696,91)	(22.216.914,95	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(46.771.575,39)	(28.932.066,38)	(39.222.713,38)	(31.516.786,73	

Administration of the management of the manageme			(00.410,10)	(0.001,00)
Redução/Aumento em Investimentos	(36.421.781,69)	(21.655.007,65)	(21.976.696,91)	(22.216.914,95)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(46.771.575,39)	(28.932.066,38)	(39.222.713,38)	(31.516.786,73)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento/Redução adiantamento para aumento de capital	(126.107,52)	(309.297,95)	6.914.070,81	(5.815.495,60)
Aumento/Redução em obrigações junto a Consorciados	(94.003.044,17)	75.192.486,88	212.712.163,12	(1.431.103,67)
Aumento em outras obrigações em longo prazo	-	-	-	(93.495.127,28)
Aumento em Emprestimos e Financiamentos em longo prazo	14.651.465,33	6.025.008,28	15.189.285,51	19.563.642,99
Redução/Aumento no Patrimônio Líquido	(29.693.728,60)	(10.273.925,92)	(41.894.698,80)	(22.680.770,80)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	109.171.414,96)	70.634.271,29	192.920.820,64	(103.858.854,36)
Aumento/Redução das Disponibilidades (1+2+3)	(5.554.698,98)	43.231,14	1.883.790,20	2.679.298,25
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(5.554.698,98)	43.231,14	1.883.790,20	2.679.298,25
Saldo Inicial De Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72	25.108.894,77	22.429.596,52
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.746.756,88	13.301.455.86	26.992.684.97	25.108.894,77

TRIBUNA | sexta-feira, 28 de abril de 2023

		ÃO DO VALOR ADICIO do 01.01.2022 a 31.12.2			
	_	Controla	dora	Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
1.	RECEITAS _	782.028.255,17	691.737.365,82	625.540.889,47	534.014.914,62
1.1	Receita de Vendas	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74
1.2 1.3 1.4	Receita de Aluguéis Receita de Serviços Receita Não Operacional	7.455.091,31 440.706.874,45 317.126.960,64	7.087.682,28 351.088.588,14 301.691.235,69	25.267.818,98 469.418.273,35 47.788.545,91	21.136.705,64 375.492.441,81 39.859.280,43
1.5	Deduções	(2.161.137,96)	(1.045.544,90)	(4.254.458,90)	-
2.	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(531.250.245,95)	(493.418.219,56)	(429.739.881,94)	(314.065.016,15)
2.1	Custos de Vendas	(10.692.814,56)	(8.768.079,24)	(9.666.162,31)	(6.560.361,33)
2.2	Custos de Obras Custos de Serviços	(150.835.373,84) (331.236.322,32)	(177.911.372,66) (279.898.634,30)	(51.248.524,12) (334.988.865,25)	(6.627.764,13) (287.416.087,08)
2.4 2.5	Custos Administrativo Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais	(18.867.959,55) (19.617.775,68)	(11.107.507,07) (15.732.626,29)	(33.836.330,26)	(13.460.803,61)
3.	RETENÇÕES	(5.329.272,39)	(4.675.512,22)	(3.286.525,75)	(5.109.883,31)
3.1	Depreciação e Amortização	(5.329.272,39)	(4.675.512,22)	(3.286.525,75)	(5.109.883,31)
4.	VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO P/ ENTIDADE	245.448.736,83	193.643.634,04	192.514.481,78	214.840.015,16
5.1	Receitas Financeiras	2.364.657,00	204.479,19	3.804.856,80	1.139.087,95
5.	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA	2.364.657,00	204.479,19	3.804.856,80	1.503.381,43
6.	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	247.813.393,83	193.848.113,23	196.319.338,58	216.343.396,59
7.	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	247.813.393,83	193.848.113,23	196.319.338,58	216.343.396,59
7.1	Pessoal e Encargos	131.831.279,28	107.137.299,02	28.735.920,96	81.199.744,18
7.2	Impostos, Taxas e Contribuições	25.091.874,59	23.277.730,42	32.997.791,76	40.460.884,39
7.3 7.4	Despesas Financeiras e Aluguéis Lucro ou Prejuizo do Exercicio	59.994.363,07 30.895.876,89	27.651.478,53 35.781.605,26	62.017.863,33 72.567.762,53	29.842.206,68 64.840.561,34
_	As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Co	ntábeis			

		Período 01.01.2022	a 31.12.2022 e 202	21		
DMPL	Capital	Social	Lucros Reservas		de Capital	
	Integralizado	(-) A Integralizar	Resultado Acumulado	Reserva Correção Monetária	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31.12.2020	91.282.446,87	(367.643,31)	198.136.040,95	2.346.823,90	135.962.726,79	427.360.395,20
Integralização de Capital	226.770,00	16.300,00				243.070,00
Baixa de Aj. Aval.Patrimonial			(31.299,99)			(31.299,99)
Distribuição de Lucros			(13.258.684,53)		(1.097.200,35)	(14.355.884,88)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(8.536.655,93)			(8.536.655,93)
Lucro Liquido do Exercício			64.840.561,34	-		64.840.561,34
Saldo em 31.12.2021	91.509.216,87	(351.343,31)	241.149.961,84	2.346.823,90	134.865.526,44	469.520.185,74
Integralização de Capital	7.976.319,74	(9.059.511,31)				(1.083.191,57)
Baixa de Aj. Aval.Patrimonial			(2.904.045,88)		(1.204.993,45)	(4.109.039,33)
Distribuição de Lucros			(8.600.566,90)			(8.600.566,90)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(28.101.901,00)			(28.101.901,00)
Lucro Liquido do Exercício			72.567.762,53	-		72.567.762,53
Saldo em 31.12.2022	99.485.536,61	(9.410.854,62)	274.111.210,59	2.346.823,90	133.660.532,99	500.193.249,47

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2022

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Em 01 de março de 2013 a Administração da controladora realizou Assembleia visando a Constituição de Sociedade Anônima por transformação de Sociedade Limitada. A ata correspondente foi registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41300086885 em 22/03/2013.

A partir de então passou a usar o nome comercial de **JOTA ELE CONSTRUÇÕES** CIVIS S/A.

CONTEXTO OPERACIONAL

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A é uma Companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.591.402/0001-32, com sede em Curitiba (PR), na Rua Coronel Pedro Scherer Sobrinho, nº 222, bairro

A JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A tem por objeto social a atividade da construção civil, serviços de engenharia civil, elétrica, e mecânica, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção, compra e venda de imóveis, administração e locação de bens de terceiros e shopping centers, importação e exportação, em conformidade com as disposições estatutárias em seu

DA CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo de agregar saldos de contas e/ou de grupos de contas de mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil e de segregar as participações de não-controladores. (CPC 36)

NOTA 2 -DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:
·As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as
Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práti contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas inclu

na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Como regra interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida Valores Mobiliários - CVM.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e controladoras materiais estão apresentadas a seguir: os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação valor justo por meio do resultado

b) O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando c) A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção

da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida. d) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do

Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados.
e) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em

decorrência da sua avaliação a valor justo. f) A avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído

(deemed cost) e a respectiva revisão da vida útil.

3.2 Bases de Consolidação e Investimentos em Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: tem poder sobre a investida

está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento

tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida,

ela terá o poder sobrea investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacità-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são sufficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.

direitos decorrentes de outros acordos contratuais

quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a

resultados abrangentes a partir da data en que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Gi

geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despes por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação

3.3 Participações Relevantes em Controladas

informações relativas às empresas nas quais o Grupo possui participações

Empresa	CNPJ	%
SPLENDORE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	12.196.755/0001-92	99
ABSOLUTE TOCCATA INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA	14.620.730/0001-08	100
GAMA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA	16.928.294/0001-56	100
GENERATION INCORPORACAO	13.083.501/0001-20	99
API SPE08	08.799.578/0001-61	99
IMOBILIARIA JL	80.800.923/0001-67	100
INFINITY CONTEMPORANEAU	13.031.195/0001-89	99
FELIX ADMINISTRAÇÃO DE BENS	08.380.802/0001-86	99,14
REVIVAL PLANEJ DESENV DE EMPREENDIMENTO	13.031.228/0001-90	99
JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - SCP	23.376.813/0001-86	88,06
GE01 EMPREENDIMENTO E INCORPORAÇÃO SPE - LTDA	14.290.521/0001-35	99
FRONTIERE EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA	14.676.036/0001-02	99,98
SUNSET HOME - JOTA ELE 01	34.866.203/0001-87	99
CENTRO MEDICO - JOTA ELE	02 34.974.283/0001-94	80
JOTA ELE 03 INCORPORAÇÃO IMOBILIARIA SPE LTDA	36.567.314/0001-18	80
JOTA ELE 04 INCORPORAÇÃO IMOBILIARIA SPE LTDA	37.219.459/0001-90	80
JOTA ELE 05 - EDIFICIO LLEGAT	38.613.481/0001-83	80

JOTA ELE 06 - HIGHLINE	38.778.952/0001-03	80
JOTA ELE MARINA SPE S/A	39.565.810/0001-20	100
JL HANEI 01 INCORPORAÇÃO IMOBILIARIA SPE LTDA	39.936.605/0001-24	50
RUDBECKIA	10.237.775/0001-39	100
HONFLEUR LA MAISON	40.736.749/0001-16	50
COLINAS GOLF RESIDENCE	42.240.679/0001-36	80
JL BATEL INCORPORAÇÃO IMOBILIARIA LTDA	44.642.659/0001-17	80
JOTA ELE 08 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	47.720.585/0001-88	80
JOTA ELE 09 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	48.625.962/0001-62	80
Edificio Privilege	77.591.402.0004-85	100
Edificio Elegance	77.591.402.0007-28	100

3.4 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

a) registrados pelo valor justo, e b) empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo:

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo se a Companhia gerencia

tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos

no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados

ao valor justo são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes

pela venda de Unidades imobiliárias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e. subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da

taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso

dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de

3.7 Contas a Pagar a Fornecedores As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços

que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando aplicável.

3.8 Empréstimos e Financiamentos Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor

justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. 3.9 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.10 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução do bem, podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são

Nota 4 - CRÉDITOS DIVERSOS (ATIVO CIRCULANTE)

	20:	22	2021		
	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	
Creditos Diversos					
Gama Empr. Hoteleiros Ltda	5.480.588,86	6.393.737,35	5.480.588,86	5.480.588,86	
Créditos Consorciadas		-	-		
Jota Ele /KIIR	3.796.393,94	3.796.393,94	115.769.761,00	21.996.723,94	
Jota Ele /SH/ CDG/Exxa	152.186.737,55	152.186.737,55	144.337.840,85	3.935.745,38	
Jota Ele Steinge	-	-	51.277.211,92		
Jota Ele / Planaterra	73.088.325,10	73.088.325,10	19.275.507,24	3.617.237,68	
Jota Ele / MBM	100.074.842,16	100.074.842,16	36.555.874,84	30.951.281,56	
Ed. Privilege		40.833,33	-	40.833,3	
GE01 EMPR. INCORP. SPE LTDA (c/ Grupo Estrutura)		3.426.166,20	-	3.070.056,64	
HONFLEUR LE MAISON		6.943.414,09			
Soma	334.626.887,61	345.950.449,72	372.696.784,71	69.092.467,39	

NOTA 5 - ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL (ATIVO NÃO CIRCULANTE)

Corresponde a Aportes Financeiros entre Controladora / Controladas

	20	22	2021		
	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	
GTX Com Loc M.Equiptos Ltda	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71	
Soma	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71	

NOTA 6 - OUTROS DÉBITOS (ATIVO NÃO CIRCULANTE)

	2022		2024	
Corresponde a A de obra	Aportes Financeiros	entre Controlado	ora / Controladas pa	ara suporte

	2022		2021		
	CONTROLA- DORA	CONSOLIDADO	CONTROLA- DORA	CONSOLIDADO	
AP - EDIFICIO ELEGANCE	6.941.239,61	-	7.129.542,98	-	
AP - API SPE08 PLANEJ.DES. IMOB LTDA	-	5.450.728,01	-	5.450.728,01	
AP - CONSÓR- CIO SIAL	91.571,81	91.571,81	18.580,09	18.580,09	
AP - EDIFÍCIO CONTEMPO- RANEAU	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65	
AP - SPLEN- DORE EMPR. IMOB	3.357.996,05	-	4.262.550,36	139.000,00	
AP - INFINITY CONTEMPO- RANEAU	834.734,96	-	797.534,96	_	
AP - GAMA EMPR. HOTE- LEIROS	18.175.069,96	9.476.864,51	26.482.920,69	9.282.176,54	
AP- GENERA- TION INCOR- PORAÇÃO	480.635,99	-	353.135,99	_	
AP - ABSOLU- TE TOCCATA	9.680.954,30	-	2.676.112,07	-	
AP-FRONTIE- RE EMPREEN- DIMENTO	-	-	-	687.828,96	
AP - EDIFICIO PRIVILEGE	13.675.708,47	-	14.127.056,72	-	
AP - JL FELIX ENGENHARIA	66.632,57	66.632,57	66.632,57	66.632,57	
AP - GE01 EMPR. E INC SPE LTDA	21.989.851,77	-	11.250.286,82	-	
AP - OCEAN TOWER	-	-	426.267,71	426.267,71	
AP - JL STEIN- GE	6.194.165,02	6.194.165,02	6.913.666,29	6.913.666,29	
AP- MADEZAN- TERRAZZO	-	4.027.739,03	9.914.177,55	9.914.177,55	
AP- JOTA ELE 01 - SUNSET	-	-	-	-	
AP - REVIVAL PLANEJ DE- SENV LTDA	-	-	-	-	
AP - RUDBE- CKIA	-	-	247.389,92	247.389,92	
AP - JOTA ELE MARINAS SPE S/A	1.707.000,00	8.086,45	383.000,00	383.000,00	
AP - JOTA ELE 02	5.479,51	-	2.479,51	2.479,51	
AP - JOTA ELE 03	5.500,00	-	3.000,00	3.000,00	
AP - JOTA ELE 04	208.000,00	-	206.000,00	206.000,00	
AP - JOTA ELE 05	-	-	163.000,00	163.000,00	
AP - JOTA ELE 06	-	-	92.000,00	92.000,00	
AP - JOTA ELE 07		-		-	
AP - JOTA ELE 08	62.000,00	-	116.132,79	116.132,79	
AP - JL HANEI 01	116.132,79	-	350.000,00	700.000,00	
LGF INCORPO- RADORA	2.252.201,73	2.252.201,73	3.000.000,00	3.000.000,00	
JOTA ELE IMOBILIÁRIA ADM LTDA	262.700,00	330.000,00			

				000/0 0100/11	
4	Soma	92.913.763,19	34.704.177,78	92.787.655,67	41.618.248,59
.1					
-	EXXA CONS- TRUTORA LTDA	3.000.000,00	3.000.000,00		

NOTA 07 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (PASSIVO CIRCULANTE) Corresponde aos valores a receber das vendas de unidade de incorporação:

	2	022	2021	
	CONTROLA- DORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
ADIANTA- MENTOS DE CLIENTES	8.607.269,62	8.607.269,62	2.563.856,58	2.563.856,58
DÉBITOS POR VENDAS CAN- CELADAS	63.250,00	63.250,00	21.992,44	21.992,44
EDIFÍCIO HERI- TAGE	19.484.083,12	19.484.083,12	16.655.947,63	16.655.947,63
EDIFÍCIO LE- GACY	57.593.924,75	57.593.924,75	42.067.529,32	42.067.529,32
FELIX ADM BENS		7.220,00		
ABSOLUTE TOCCATA		137.858,88		27.302.221,04
GE01 Empreend. Inc.SPE Ltda		22.694.266,60		81.099.088,87
JOTA ELE 01 - Sunset Home		85.683.412,88		
REVIVAL - ED. URBAN		12.079.267,99		15.489.877,12
JOTA ELE 07- Colinas		310.000,22		
JOTA ELE 05 - Llegat		34.298.770,72		2.191.698,61
JOTA ELE 06 - Highline		46.508.571,40		307.462,17
HONFLEUR LA MAISON		120.454.331,79		
MADEZAN - Terrazzo		31.031.364,03		
Soma	85.748.527,49	438.953.592,00	61.309.325,97	187.699.673,78

NOTA 08 - OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO CIRCULANTE)
Corresponde a aportes financeiros entre Controladora / Controladas para suporte dos custos de obra:

	20	22	20	21
	CONTROLA- DORA	CONSOLIDADO	CONTROLA- DORA	CONSOLIDADO
OBRIGAÇÕES PARA COMPRA DE IMÓVEIS	23.883.531,95	24.383.531,95	10.098.113,03	10.598.113,03
DAP - REVIVAL PLANEJ. E DESENV	6.092.722,02	-	8.314.502,67	-
DAP - FRON- TIERE EMPRE- END.	3.135.007,88	-	687.828,96	687.828,96
DAP- API SPE 08 PLANEJ.DE- SENV.EMPR. Imob	10.732.306,95	-	11.704.206,95	-
DAP - CON- SÓRCIO VITÓRIA DAP - FELIX	286.977,51	286.977,51		-
ADM DE BENS	-	-		
DAP - IMOBILI- ÁRIA		-	395.977,51	395.977,51
CDG CONS- TRUTORA	172.000,00	172.000,00	764.460,96	764.460,96
DAP- HON- FLEUR LA MAISON	3.752.610,08	-		433.684,05
DAP -J.CO- MERCIO DE ROUPAS	610.022,46	610.022,46	299.999,98	299.999,98
DAP - INFINITY CONTEMPO- RANEAU		-		-
DAP - GAMA EMPR. HOTE- LEIROS		-	172.000,00	172.000,00
DAP - GE01 EMPR. E INC SPE LTDA		5.169.709,13		-
DAP - ED. ELEGANCE		-		5.169.709,13
DAP - ABSOLU- TE TOCCATA	-	4.286.634,38		-
DAP - SPLEN- DORE		-		4.970.677,28
DAP - JOTA ELE 05 -Llegat	4.257.919,31	-		
DAP - JOTA ELE 06 - Hi- ghline	1.338.169,04	-	212.000,00	

DAP - JOTA ELE 07	969.040,02	-		
DAP - JOTA ELE 08		-		
DAP - SUNSET HOME	17.471.846,93	-	17.594.604,06	4.000,00
DAP - CCDI		-	1.062.520,24	1.062.520,24
JOTA ELE IMOB ADM LTDA		-		370.000,00
DAP - MADE- ZAN - Terrazzo	3.022.702,03	-		
DAP - JOTA ELE 02		-		
DAP - JOTA ELE 03		-		
DAP - JOTA ELE 04		-		
DAP -JL MARI- NAS SPE		-		
DAP -JL HANEI		364.132,79		
DAP - RUDBE- CKIA	1.089.808,35	507.848,36		
Soma	76.814.664,53	35.780.856,58	51.306.214,36	24.928.971,14

NOTA 09 - OUTROS DÉBITOS (PASSIVO CIRCULANTE) Corresponde a valores financeiros com parceiros – Quotas de capital:

	202	22	20:	21
	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO
LUCROS Á				
PAGAR -SCP	07.000.04	07.000.04	07.000.04	07.000.04
CASCAVEL JL	97.893,31	97.893,31	97.893,31	97.893,31
SHOPPING				
QUOTAS Á				
PAGAR- SCP	273.770,00	273.770,00	273.770,00	273.770,00
CASCAVEL JL	2/3.//0,00	2/3.//0,00	273.770,00	273.770,00
SHOPPING				
JUROS S/				
CAPITAL PRO-	13.032.308,34	13.032.308,34	13.032.308,34	13.032.308,34
PRIO - TJLP				
LUCROS Á			1.154.352,75	1.154.352,75
PAGAR]		1.104.002,70	1.104.002,70
DEPÓSITOS A				
CONFIRMAR-	-	10.522,55	13.881,20	15.373,79
-CATARATAS				
ED. PRIVILEGE		1.630.000,00		1.630.000,00
ABSOLUTE		10.327,46		280.565,47
TOCCATA		10.027,40		200.000,47
FELIX ADM DE		924,05		14.975,06
BENS LTDA		324,00		14.070,00
FRONTIERE				
EMPREED.		850.000,00		850.000,00
IMOB LTDA				
GENERATION				
INCORPORA-		1		
ÇÃO				
JOTA ELE 05 -		15.000,00		
Llegat				
JOTA ELE 06 -		31.418,00		
Highline MADEZAN -		-,		
TERRAZZO		166.415,97		
Soma	13.403.971,65	16.118.579,68	14.572.205,60	17.349.238,72
Julia	13.403.971,65	10.110.5/9,68	14.572.203,60	17.349.238,72

NOTA 10 - OUTROS DÉBITOS (PASSIVO CIRCULANTE)

	202	22	2021		
	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO	
NÃO CIRCU- LANTE					
PARCELAMEN- TO TRIBUTÁ- RIO	2.859.374,36	2.859.374,36	7.371.089,60	7.371.089,60	
Soma	2.859.374,36	2.859.374,36	7.371.089,60	7.371.089,60	

NOTA 11 - OUTROS DÉBITOS CONSORCIADAS (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

DORA	CONSOLI- DADO	CONTROLA- DORA	CONSOLI- DADO
		l l	
-	-	93.773.037,06	
40.435.904,12	140.435.904,12	140.402.095,47	
-	-	51.578.940,27	301.728,35
40.893.611,59	40.893.611,59	15.658.269,56	
36.196.091,00	36.196.091,00	5.604.593,28	
17.525.606,71	217.525.606,71	307.016.935,64	301.728,35
	- 40.893.611,59 36.196.091,00	- 40.893.611,59 40.893.611,59 36.196.091,00 36.196.091,00	40.435.904,12 140.435.904,12 140.402.095,47 51.578.940,27 40.893.611,59 40.893.611,59 15.658.269,56

Cascavel (PR), 31 de dezembro de 2022.

JOÃO LUIZ FELIX CPF nº 582.657.328-72

JADETE LORENSI Contadora CPF nº 525.141.709-82 CRC-PR n° 033.152/0-2



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



TRIBUNA | sexta-feira, 28 de abril de 2023

COPAGRI - COMERCIAL PARANAENSE AGRÍCOLA S.A.

						patrimoniais					
						ibro de 2022 e 2021 res de Reais)					
Ativo						Passivo e patrimônio lígi	uido				
Ativo	Nota	Contro 2022	ladora 2021	Consc	lidado 2021	Passivo e patrimonio liqi	Nota	Contro	oladora 2021	Conso	olidado 2021
Circulante Disponivel	4	64.078	19.699	64.240	19.717	Circulante Fornecedores	14	156.806	102.714	167.679	
Contas a receber	5	47.762	44.468	68.409	44.468	Empréstimos e financiamentos	15	348.201	161.604	348.201	161.604
Instrumentos financeiros derivativos	6	112.113	12.145	112.657	12.165	Adiantamento de Clientes		34.141	12.620	34.142	12.620
Estoques	7	204.412	165.511	204.412	165.511	Obrigaçoes sociais e fiscais		1.792	306	1.792	306
Adiantamentos a fornecedor		38.664	19.362	38.665	19.362	Impostos e contribuicoes a recolher	16	4.811	20.469	4.811	20.469
Impostos a recuperar Partes relacionadas	8 9	152.828 25.435	83.725 9.833	152.859 19.034	83.756 10.610	Partes relacionadas Obrigações com terceiros		2.322 159		159	
Despesas antecipadas		8.710 654.002	787 355.530	8.710 668.986	355.589			548.232	297.713	556.784	297.714
Não circulante						Não circulante Empréstimos e	15	139.732	10.415	139.732	10.415
		4.540		4.540		financiamentos	15				
Impostos a recuperar Creditos a receber	8 10	1.540 113.211	-	1.540 113.211				139.732	10.415	139.732	10.415
Titulos e valores mobiliarios	11	2.473	1.873	2.473	1.873						
Investimentos Imobilizado	12 13	6.432 2.833	61 19.102	2.833	19.102	Patrimônio líquido Capital social	17.a	5.000	5.000	5.000	5.000
Intangível	13	513	8	513	8	Ajustes de avaliação patrimonial	17.d	31	32	31	32
		127.002	21.044	120.570	20.983	Reservas de incentivos fiscais	17.e	88.009	56.185	88.009	56.186
						Reservas de lucros	17.b	93.040	7.229 68.446	93.040	7.227 68.445
Total do ativo		781.004	376.574	789.556	376.572	Total do passivo e patrin	nônio	781.004	376.574	789.556	376.572

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

		Controla	dora	Consolic	lado
Receita operacional líquida Custo das vendas Lucro bruto	Nota 18 19	2022 2.224.096 (2.111.484) 112.612	2021 1.075.045 (989.616) 85.429	2022 2.597.278 (2.478.302) 118.976	2021 1.075.045 (989.597 85.449
Despesas gerais e administrativas Outras receitas/ despesas operacionais, liquidas Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e imposto:	20 20 s	(33.135) 153 79.630	(12.513) - 72.916	(33.163) 153 85.966	(12.565 72.88 4
Receitas Financeiras Despesas Financeiras Receitas/(despesas) financeiras liquidas	21 21	91.856 (153.448) (61.592)	28.505 (38.749) (10.244)	91.879 (153.466) (61.587)	28.505 (38.764 (10.259
Resultado de equivalencia patrimonial	12	6.342	(47)	-	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		24.380	62.625	24.379	62.625
Imposto de renda e contrubição social	22	215	(388)	215	(388)
Resultado do exercicio		24.595	62.238	24.595	62.238

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Demonstrações do resultado abrandente

Exercícios findos	em 31 de dezembro (n milhares de Reais)	de 2022 e 2021		
	Contro	ladora	Conso	idado
	2022	2021	2022	2021
Lucro liquido/(prejuizo) do exercicio	24.595	62,238	24.595	62.238
Resultado abrangente do exercício	24.595	62.238	24.595	62.238

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Canital	Reserva de	Reserva de	Lucros	Ajustes	
	Capital social	retenção de lucros	incentivos Fiscais	Lucros acumulados	acumulados de conversão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	700	10.872	-	-	31	11.603
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior		-	-	-	1	1
ucro líquido do exercício	-	-	-	62.238	-	62.238
numento do Capital Social	4.300	-	-	(4.300)	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(5.396)	-	(5.396)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	56.185	(56.185)	-	-
Absorção de prejuízos com reserva de lucro	-	(3.643)	-	3.643	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000	7.229	56.185		32	68.445
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior	-		-		(1)	(1)
ucro líquido do exercício	-	-	24.595	-	-	24.595
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.229)	7.229	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000		88.009		31	93.040

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Control		Conso	
Fluxo de caixa das atividades	2022	2021	2022	2021
operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	24.595	62.238	24.595	62.238
Ajustes por:	100	100	400	100
Depreciação e amortização Juros e variação cambial apropriados sobre	420	103	420	103
empréstimos e financiamentos	56.214	(425)	56.214	(425)
Resultado de equivalência patrimonial Imposto de renda e Contribuição Social	(6.341)	46	-	-
compensada	(215)	15.912	(215)	15.912
Variação no valor justo dos contratos de comodities	(94.964)	(7.434)	(95.487)	(9.813)
√ariações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) de contas a receber	(3.295)	(40.373)	(23.940)	(40.373)
de clientes Redução (aumento) de estoques	(38.900)	(165.385)	(38.901)	(165.385)
Redução de adiantamentos a fornecedores	(32.828)	10.803	(32.859)	14.100
e outras contas a receber (Redução) aumento de adiantamentos de	, ,		, ,	
Clientes	21.525	7.090	21.524	10.057
Redução (aumento) em partes relacionadas Redução (aumento) de impostos a	(8.454)	(7.741)	(8.425)	(8.663)
ecuperar	(70.643)	(70.828)	(70.643)	(70.828)
(Redução) aumento de fornecedores	54.092	87.855	64.964	84.902
Aumento (redução) em obrigações sociais e fiscais	1.486	168	1.487	168
(Redução) aumento em impostos e	(15.443)	3.740	(15.443)	3.740
contribuições a recolher Distribuição de lucros aos sócios	,	(5.396)	, ,	(5.396)
Juros pagos s/ empréstimos	(46.552)	(101)	(46.552)	(101)
Fluxo de caixa liquido aplicado nas atividades operacionais	(159.304)	(109.728)	(163.261)	(109.764)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(600)	(1.873)	(600)	(1.873)
Aquisição de imobilizado e intangível	15.345	(18.722)	15.345	(18.722)
Baixa de imobilizado e intangível	(1)	27	(1)	27
Adiantamento nara futuro aumento de				
capital em investidas	(30)	(50)	-	
capital em investidas Creditos a receber	(113.211)	(50)	- (113.211)	
apital em investidas Creditos a receber nvestimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades		(20.618)	- (113.211) - (98.467)	(20.568)
apital em invéstidas Creditos a receber nvestimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento	(113.211) (4.071)			- - - (20.568)
apital em invéstidas Creditos a receber nvestimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de	(113.211) (4.071)			
apital em invéstidas Creditos a receber nvestimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados	(113.211) (4.071)			(20.568)
apital em invéstidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros	(113.211) (4.071) (102.568)	(20.618)	(98.467)	514.152
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas	(113.211) (4.071) (102.568)	(20.618)	(98.467)	, ,
capital em invéstidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e	(113.211) (4.071) (102.568)	(20.618)	(98.467)	514.152
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de	(113.211) (4.071) (102.568)	(20.618) 514.152 (22)	(98.467) 1.677.958	514.152
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958	(20.618) 514.152 (22) (366.754)	(98.467) 1.677.958 - (1.371.707)	514.152 (22) (366.754)
capital em invéstidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	(20.618) 514.152 (22) (366.754) 147.376	(98.467) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	514.152 (22) (366.754) 147.376
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	(20.618) 514.152 (22) (366.754) 147.376	(98.467) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	514.152 (22) (366.754) 147.376
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamento tempréstimos e financiamento expagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	(20.618) 514.152 (22) (366.754) 147.376	(98.467) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251	514.152 (22) (366.754) 147.376
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958 - (1.371.707) 306.251 44.379	(20.618) 514.152 (22) (366.754) 147.376	(98.467) 1.677.958 (1.371.707) 306.251 44.523	514.152 (22) (366.754) 147.376
capital em investidas Creditos a receber Investimentos/Intercompany Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento Fluxo de caixa de atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas Pagamento de empréstimos e financiamentos comterceiros Caixa proveniente das atividades de financiamento Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	(113.211) (4.071) (102.568) 1.677.958 (1.371.707) 306.251 44.379	(20.618) 514.152 (22) (366.754) 147.376 17.030	(98.467) 1.677.958 (1.371.707) 306.251 44.523	514.152 (22) (366.754) 147.376 17.044

DIRETORIA

José Enrique Marti Traver Diretor Presidente

CONTADOR/PROCURADOR

Carlos Leandro Fontanelli Contador CRC PR 051306/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores da

COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. Curitiba-PR

Oninião

Examinamos as demonstrações contábeis da COPAGRI Comercial Paranaense Agrícola S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COPAGRI Comercial Paranaense Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

elaboração das demonstrações contábeis, Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

 Obtemos entendimento dos controles internos relevantes
- para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de ssarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COPAGRI -Comercial Paranaense Agrícola S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. a não mais se manter em

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos

Curitiba, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 PR 006853/F-9

USA Suguerger

Marisa Bernardino de Albuquerque Contadora CRC SP 143624-O/T – S - PR

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

omercial Paranaense Agrícola S.A. ("Companhia" ou "Copagri") foi constituída em 25 de abril 2001. A Companhia está sediada na Rua Mariano Torres, nº 729, sala 1201, bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e tem como principal atividade a comercialização de soja e milho em grãos (*trading*), nos mercados interno e externo.

Ao final do exercício de 2011 os, então quotistas da Copagri, decidiram criar uma Off Shore da Copagri, com sede no Panamá, sendo instituída assim a Copagri Inc., com capital social de US\$ 10 mil, subscritos e integralizados em 29 de fevereiro de 2012 e tendo como principal atividade a comercialização de grãos no mercado externo. A Copagri possui 100% deste investimento. Em outubro de 2014 os quotistas da Copagri decidiram constituir uma nova empresa

de armazenagem e estufagem de grãos localizada em Garuva-SC a qual passou a se chamar Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola LTDA. (atualmente, sem operações e, portanto, inativa). Em outubro de 2015 a Copagri adquiriu 9,99% das

quotas passando a possuir 99,99% do investimento nesta entidade. Em 2017 o sócio majoritário optou por interromper as atividades da Companhia, e os

demais sócios não sinalizaram interesse pela continuidade das operações. Exceto por algumas transações pontuais, a referida interrupção se estendeu até agosto de 2019. Entretanto, o cenário positivo no agronegócio, a partir de setembro de 2019, motivou, naquele ano, os sócios pela retomada nas operações, assim o sócio José Enrique Marti Traver reativou a matriz e suas filiais, bem como estruturou o quadro de colaboradores. Adicionalmente, retomou o relacionamento junto a clientes e fornecedores. No final do terceiro trimestre de 2019, o sócio Luiz Felipe de Freitas Ino reingressou na sociedade, para compor além do quadro societário a Administração da Companhia. Em 2021 o sócio Juliano Andrade Vorraber ingressou na sociedade para compor a Administração da Companhia. E em 2021 a Copagri começou a realizar a industrialização da soja em fábricas parceiras contratadas sob regime de serviços para esse fim, aumentando significativamente os volumes de comercialização de farelo de soja e óleo de soja.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia comercializou um total de 49.215 (12.317 em 2021) toneladas de soja, 488.181 (254.290 em 2021) toneladas de farelo soja, 125.892 (73.745 em 2021) toneladas de óleo de soja, 4.687 (689 em 2021) toneladas de casca de soja, 1.438 (39.034 em 2021) toneladas de milho e 146 (884 em 2020) toneladas de sorgo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um total de 235 funcionários

divididos em 141 colaboradores da área fabril e 94 colaboradores na área administrativa. Visando a melhoria na sua gestão, a Companhia vem contratando profissionais com experiência no agronegócio, atuando no aprimoramento de sistemas e controles internos de forma a mitigar riscos operacionais e atender as boas práticas de Governança Corporativa.

A Companhia representada pelos seus sócios e diretores, prospectaram para 2022 ampliar o seu *core business* colocando em atividade um ativo fabril em Cuiabá (MT) de propriedade da massa falida da Olvepar, na qual está sendo gerida pela Copagri através de um contrato de arrendamento, maximizando o volume das atividad operacionais exercidas pela Companhia, além de continuar com a contratação de serviços de industrialização em processadoras de moagem de soja parceiras.

Com o objetivo de consolidar seu modelo operacional, a Companhia vem investindo constantemente nessa unidade para atingir sua capacidade máxima de esmagamento. Apoiada por consultores e equipe de engenharia, a Companhia vem trabalhando em diversos projetos para o incremento da performance fabril, realizando reformas nas instalações, aquisições de equipamentos e melhorias de processos de produção. Nesse contexto, a Companhia tem intenção de realizar a aquisição da referida unidade produtiva.

Para 2023 a Companhía possui compromissos de compra e venda contratados que demandará parte da capacidade produtiva de sua fábrica e continuará trabalhando com contratação de serviços de industrialização com outras processadoras.

2 - Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como

base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposições em contrário.

consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023

2.1 - Base de preparação As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliacão utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia revisa mensalmente suas estimativas e premissas

2.2 - Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional
da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (b)Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação

3 - Principais políticas contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes: 3.1 - Instrumentos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e

outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

3.2 - Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um

mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento

inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as

condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

□É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e □Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são

relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições

a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: □É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo

recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;

, □Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes) Essa escolha é feita investimento por investimento

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

□As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- □Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da
- □Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são
- Como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais
- □A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.
 Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho

avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro

no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera

- □Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; □Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- □O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
 □Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativo	Descrição
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos

no balanco patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual

é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação nos precos de commodities

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

Todos os Contratos de Compra e Venda efetuados pela Companhia são valorizados a preço de mercado utilizando as cotações de CBOT (Chicago Board Of Trading) no último dia de operação do mês, ajustando todos os prêmios portuários com base em cotações de corretoras e os respectivos custos de movimentação do produto compra ou venda.

3.3 - Investimentos

O investimento nas Empresas controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Companhia

(i) Reconhecimento e mensuração

tlens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor

recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. C custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificaveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo,

ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a

cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Descrição	Таха
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.
Equipamentos de telefonia	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	20% a.a.
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Sistemas e Aplicativos	20% a.a.

3.5 - Redução ao valor recuperável ("Impairment") (i) Ativos financeiros não derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre □Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- Ativos de contrato.
- A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e ⊡Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja,
- o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).
- A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

 A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
- □É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com
- crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

 □As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo

Ativos financeiros com problemas de recuperação Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de
- □Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; □A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de
- reorganização financeira; ou □O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades
- financeiras Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é

deduzida do valor contábil bruto dos ativos

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos. a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii)Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanco para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro

no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.¶ Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira conflável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.7 - Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seia prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira

3.8 - Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida pela emissão das notas fiscais de venda as quais estão baseadas em contratos pré-estabelecidos

3.9 - Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, ganhos com hedge financeiro, variações cambiais ativas e atualizações monetárias sobre créditos tributários As despesas financeiras abrangem, principalmente, perdas com *hedge* financeiro e perdas com variações cambiais passivas.

3.10 - Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são

calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos

correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados valores usados para lilis de libutação. Os imposos diferindos sad infestidados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

3.11 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados o valor justo estimado para os instituirentos interiorentos elevativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos estão

Operações de compra e venda de commodities: estimados com base nos níveis de preços futuros, disponibilizados por meio de informativos obtidos da CBOT (Chigago Board of Trade), tomando por base a melhor informação para cada tipo de commodity.

(ii)Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.12 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

Alteração do IAS 1 - Apresentação das definiristrações contabeis De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses deve tel o direito de evitar a liquidação dos passivos por no minimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (Classification of liabilíties as current or non-current), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1° de ianeiro de 2023, que determinava que e a para exercicios iniciados a partir de la definida de 2025, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer

que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de que passivos que conteni dausulas comitadais restinivas lequelendo annigimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam

aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política

contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023

Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. normalmente se aplica a transacões de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

□Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da

4 - Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
249	2.193	249	2.193
63.829	17.506	63.832	14 17.511
64.078	19.699	64.240	19.717
	2022 249 63.829	2022 2021 249 2.193 63.829 17.506	2022 2021 2022 249 2.193 249 63.829 17.506 63.832

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos referentes a aplicações financeiras também se referem a contas vinculadas com empréstimos e financiamentos, sendo seu maior volume representado pela aplicação no valor de 36 milhões atrelados ao CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) VIDE NE 15. Os valores de aplicações financeiras são remunerados a taxas que se aproximam a 100% do CDI e são resgatáveis de acordo com a cadência de pagamento dos respectivos empréstimos ¶

- Contas a receber de clientes

O saldo é composto dos seguintes valores:

_	Controladora		Consolid	dado
_	2022	2021	2022	2021
No país No exterior	47.762	44.468	47.762 20.647	44.468
	47.762	44.468	68.409	44.468
0				

Vencimento	R\$
A vencer	34.333
Em Aberto de 0 a 30 dias	30.321
Em Aberto de 30 a 60 dias	1.191
Em Aberto de 60 a 90 dias	15
Em Aberto acima de 90 dias	2.549
Total	68.409
Em 31 de dezembro de 2022, não há provisão para perdas o	com créditos de

liquidação duvidosa contabilizados, tendo em vista que a Administração entende não haver indicativos de que tais recebíveis não serão realizados por seu valor integral.

6 - Instrumentos financeiros derivativos

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido <i>open cash</i> e posições de <i>hedge</i> não realizadas	112.113	12.145	112.657	12.165

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era composto pelo resultado da valorização a preço de mercado dos saldos dos contratos de compra e venda de commodites com preço fixo em reais e dólares, baseado na cotação da CBOT (*Chigago Board of* Trade) do último dia do mês corrente (vide informações adicionais na nota explicativa

7 - Estoques

O estoque da Companhia é composto dos seguintes produtos:

	Controladora		Consoli	dado
	2022	2021	2022	2021
Commodities – Soja Commodities – Farelo de Soja Commodities – Óleo de Soja Outros	66.385 100.368 34.197 3.462	69.685 85.175 10.651	66.385 100.368 34.197 3.462	69.685 85.175 10.651
	204.412	165.511	204.412	165.511

A Companhia possui créditos fiscais, que estão contabilizados de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Control	adora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
ICMS PIS e COFINS IRPJ e CSLL ISS	69.458 84.818 84	24.329 43.326 16.070	69.482 84.825 84	24.353 43.333 16.070	
100	154.368	83.725	154.399	83.756	
Circulante Não Circulante	152.828 1.540	83.725	152.859 1.540	83.756	
	154.368	83.725	154.399	83.756	

Realização dos créditos fiscais

Para o ICMS, a Administração acumulou crédito constituído através de suas operações próprias e com terceiros, substancialmente referente a filial de Bebedouro. O crédito acumulado na filial de Bebedouro/SP referente a 2021 e 2022 foram solicitados pedidos de transferência à SEFAZ/SP, o valor referente ao saldo credor em conta gráfica de 2021 na citada filial (14.736) foi homologado e deferido pelo órgão competente no valor de (14.699). O valor referente a 2022 encontra-se em processo de homologação e posteriormente será objeto de pedido de transferência de créditos solicitado à SEFAZ/SP conforme portaria CAT 83.

Para o PIS e COFINS, a Administração considera as seguintes possibilidades: (i)

utilização de parte dos saldos para compensação de outros tributos administrados pela Recita Federal do Brasil, devidamente amparada pela legislação federal aplicável, compensações estas já iniciadas durante o exercício de 2016; e (ii) ressarcimento em dinheiro de parte dos saldos após análise e validação da base pela Receita Federal do Brasil. e (iii) parte do saldo aguardando o encerramento do procedimento administrativo referente a correção dos créditos fiscais administrados pela Receita Federal durante os ressarcimentos ocorridos entre 2012 e 2016.

9 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com partes relacionadas estão demonstrados a seguir

	Copagri Inc.	José Enrique Marti Traves	2022 Luiz Felipe de Freitas Ino	Juliano Andrade Vorraber	Total
Ativo circulante Adiantamentos a quotistas (i)	-	10.687	5.361	2.987	_19.034
					19.034

					_19.034
			2021		
	Copagri Inc.	José Enrique Marti Traves	Felipe de Freitas Ino	Juliano Andrade Vorraber	Outros Total
circulante intamentos a iistas (i)	-	7.311	1.613	909	777 <u>10.610</u>

(i) A Companhia, por decisão dos seus administradores, efetuou adiantamento para acionistas por conta de futura distribuição de dividendos.

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das partes como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros/não relacionados

10 - Créditos a receber

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Control	idora	Consolidado		
Natureza	2022	2021	2022	2021	
Depósitos e Cauções Adiantamento de	7.889	-	7.889	-	
Arrendamento (i) Despesas Pré	83.881	-	83.881	-	
Operacionais - Fábrica	21.336		21.336		
(ii) Consórcio A		-		-	
Contemplar - Imóveis	105_		105	_	
	113.211		113.211		

(i) Investimentos realizados na fábrica a qual a Copagri está arrendando da massa falida da Olvepar, em nome de Allos Participações e Investimentos. Futuramente os valores alocados como adiantamento de arrendamento serão descontados do iniciando a partir da finalização da reforma da Fábrica viabilizando a produção em sua capacidade plena.

(ii) Despesas incorridas durante o ano de 2022 para Constituição da Unidade Fabril arrendada da Massa Falida Olvepar, que serão diluídas de acordo com a vigência do Contrato de Arrendamento conforme demonstrado no item i).

11 - Títulos e valores mobiliários

O saldo é composto dos seguintes valores:

		Contro	ladora	Conso	lidado
Instituição	Natureza	2022	2021	2022	2021
Caixa Vida e Previdência S.A. BrasilPrev Seguros e Previdência	Previdência	850	350	850	350
S.A.	Previdência	1.623	1.523	1.623	1.523
		2.473	1.873	2.473	1.873

Os títulos reconhecidos no ativo, referem-se às previdências privadas realizadas cujos beneficiários são os sócios da Companhia

12 - Investimentos (i) Composição do saldo

Controladora 22 2021 2022 Investimentos por equivalência patrimonial 6.398 Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola S.A. 6.432

(iii) Movimentação do investimento no exercício

	Copagri Inc	Comercial Paranaense Agrícola S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26	35	61
Resultado na conversão de balanço da controlada no exterior	(1)	-	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	6.373	(32)	6.342
Afac – Adiantamento para futuro aumento de capital	-	31	31

Saldo em 31 de dezembro de 2022 34 6.432 13 - Imobilizado e intangível

(i) Composição do saldo

2022 2021 Taxa anual de deprecia Deprecia-ção acu-mulada Líquido Líquido Custo Equipamentos de processamento de dados 20% (146)500 646 28 19 (25)147 (196) (100) 271 144 Veículos 412 313 Fábrica em Andamento 17.774 674 (52)Maquinas e Equipamentos Escritório em Andamento 663 Marcas e patentes Sistemas e Aplicativos 562 (48)513 3.921 (575) 3.346 19.110

Movimentação do imobilizado

	2021	Adições	(-) Baixas	(-) Re- classifi- cação	(-) Depre- ciação	2022
Equipamentos de processamento de dados	195	1081	(678)	-	(98)	500
Equipamentos de telefonia	5	19	-	-	(5)	19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50	149	(35)	-	(17)	147
Móveis e utensílios	271	1167	(129)	-	(130)	1179
Veículos	144	238	-	-	(69)	313
Equipamento de Laboratório	-	726	-	-	(52)	674
Fábrica em Andamento (i)	17.774	-		(17.774)	-	-
Éscritório em Andamento	663	69		(732)	-	-
Sistemas e Aplicativos	5	616	(61)	-	(47)	513
Marcas e Patentes	3	-	`(3)	-	` -	-
	19.110	4.065	(906)	(18.506)	(418)	3.346

(i) A transferência do saldo em fábrica em andamento apresentado, referese à realocação para a conta de adiantamento de arrendamento, na qual será compensada com futuro contrato de arrendamento. Vide Nota Explicativa nº 10. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. a Companhia identificou a necessidade da realização do teste de impairment diante do cenário evidenciado. Dessa forma, a Administração realizou análises para identificar se os valores recuperáveis desses ativos seriam inferiores aos seus valores contábeis. Após tais análises, a Administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perda.

Garantias Não existem bens dados em garantia.

14 - Fornecedores

10.610

O saldo de fornecedores é composto dos seguintes valores

	<u>Controladora</u>		Conso	idado
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de Mercadorias	117.977	83.774	128.850	83.774
Fornecedores diversos	38.829	18.940	38.829	18.941
	156.806	102.714	167.679	102.715

Sendo a composição por vencimento a seguinte

Fornecedores de Mercadorias	
Vencidos	2.964
Vencimento em até 30 dias	116.261
Vencimento em até 60 dias	10.003
Vencimento em até 90 dias	5.068
	134.296
Fornecedores Diversos	
Vencimento em até 30 dias	32.432
Vencimento em até 60 dias	951
	33.383
Total	167.679

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

Valor

auoti

12 CIDADES / EDIÇÃO DIGITAL

15 - Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Curto	2022	2021	
Moeda	Natureza	Taxa	Valor	Valor
DOLAR	ACC	4,65% a 11,53% a.a	127.426	82.015
DOLAR	ANTECIPAÇOES	22,80% a 28,80% a.a	18.262	51.644
REAL	ANTECIPAÇOES	22,80% a 28,80% a.a	66.347	16.612
REAL	CAPITAL DÉ GIRO	18% a 22,80% a.a	2.319	2.455
REAL REAL	CCB CCE	11,28% a 22% a.a 5,98% a 23,81% a.a	11.241 33.332	6.157
REAL	CPR	19,56% a 20,84% a.a	51.218	-
REAL	CRA	19.15 a.a	36.236	
REAL	FĞİ	12.54% a.a	381	1.676
REAL	LEASING	19,75% a.a	1.376	1.006
REAL	FINANCIAMENTO	17,28 a.a	61	39
		_	348.201	161.604
		=	348.201	161.604
	Longo Pra	= azo	2022	2021
Moeda	Natureza	Taxa	2022 Valor	2021 Valor
REAL	CCB Natureza	Taxa 11,28% a 22% a.a	2022	2021 Valor 6.886
REAL REAL	CCB FGI	Taxa 11,28% a 22% a.a 12,54% a.a	2022 Valor 9.382	2021 Valor 6.886 424
REAL REAL REAL	CCB FGI LEASING	Taxa 11,28% a 22% a.a 12,54% a.a 19,75% a.a	2022 Valor 9.382 - 1.987	2021 Valor 6.886 424 3.044
REAL REAL REAL REAL	Natureza CCB FGI LEASING FINANCIAMENTO	Taxa 11,28% a 22% a.a 12,54% a.a 19,75% a.a 17,28 a.a	2022 Valor 9.382 1.987 65	2021 Valor 6.886 424
REAL REAL REAL	CCB FGI LEASING	Taxa 11,28% a 22% a.a 12,54% a.a 19,75% a.a	2022 Valor 9.382 - 1.987	2021 Valor 6.886 424 3.044
REAL REAL REAL REAL REAL	Natureza CCB FGI LEASING FINANCIAMENTO CCE	Taxa 11,28% a 22% a.a 12,54% a.a 19,75% a.a 17,28 a.a 5,98% a 23,81% a.a	2022 Valor 9.382 - 1.987 65 13.717	2021 Valor 6.886 424 3.044

Compromissos ("covenants")

A companhia possui contrato de empréstimo relacionado ao CRA – (Certificado de recebíveis do agronegócio) que contém cláusulas de índices financeiros, riscos e governança corporativa, na qual assegura o cumprimento dos compromissos firmados através desse contrato. Com relação aos índices financeiros, a Companhia tem para com o credor obrigações comprobatórias de análise à partir de junho de 2023, no qual será comparado ao período de um ano.

As garantias dadas a estas operações referem-se a avais prestados pelos acionistas, com exceção das antecipações onde os estoques são dados como garantias aos

16 - Impostos e contribuições a recolher

		Controladora		uauu
	2022	2021	2022	2021
CMS	3.642	3.336	3.642	3.336
RPJ e CSLL	-	16.283	-	16.283
mpostos terceiros	1.169	850	1.169	850
•	4.811	20.469	4.811	20.469

O saldo a recolher referente ao ICMS refere-se a saldo em conta gráfica fiscal das

diferenças entre entradas (créditos) e saídas (débitos) da filial (Cuiabá/MT). O saído a recolher referente a impostos terceiros são impostos retidos de prestadores, fundos estaduais como o FETHAB e IAGRO são retidos dos produtores e repassados a Receita Estadual.

17 - Patrimônio líquido

a.Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é composto de 5 milhões de ações ordinárias nominais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, tendo sido integralizadas 700 mil em moeda corrente do país durante o exercício encerrado em 31 de dezembro 2011 e as 4.300 mil restantes durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. O capital social apresenta a seguinte composição

Acionistas	<u>Participação</u>	Ações	Capital
José Enrique Marti Traver	70,00%	3.500.000	3.500
Luiz Felipe de Freitas Ino	20,00%	1.000.000	1.000
Juliano Andrade Vorraber	10,00%	500.000	500
	100,00%	5.000.000	5.000

Refere-se aos lucros acumulados e retenção de lucros para futura deliberação dos

A distribuição de lucros é feita nos termos do estatuto, mediante aprovação dos

quotistas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram distribuídos o montante de 5.396 entre os sócios. Em 31 de dezembro de 2022 não houve distribuição. d.Ajustes de avaliação patrimonial Refere-se aos ajustes acumulados de conversão das diferenças de moeda

estrangeira, decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de operações

O saldo de R\$ R\$ 88.009 milhões em 31 de dezembro de 2022 refere-se a incentivos fiscais caracterizados como subvenção para investimento de acordo com art. 30 da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, segundo a qual a subvenção para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedida como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não será computada na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais).

18 - Receita operacional líquida

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Contro	ladora	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vendas de mercadorias - mercado interno Vendas de mercadorias -	1.111.912	504.306	1.111.912	504.306
mercado externo Serviços prestados – mercado	1.387.354	643.518	1.760.536	643.518
nterno	119	14	119	14
Receita bruta de vendas	2.499.384	1.147.838	2.872.566	1.147.838
mpostos sobre vendas	(37.931)	(50.108)	(37.931)	(50.108)
Devoluções de venda	(237.356)	(22.685)	(237.356)	(22.685)
Receitá operacional líquida	2.224.096	1.075.045	2.597.278	1.075.045

19 - Custo dos produtos vendidos

O custo das mercadorias vendidas da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consoli	ado	
	2022	2021	2022	2021	
Custo das mercadorias revendidas	282.691	86.357	650.032	86.358	
Custos mercadorias produzidas	1.917.142	907.934	1.917.142	907.934	
Resultado dos derivativos	(88.349)	(4.675)	(88.872)	(4.697)	
	2.111.484	989.616	2.478.302	989.597	

Consolidado

	Controlada		Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Salários, encargos e benefícios	8.742	3.146	8.741	3.145
Serviços profissionais	17.203	7.181	17.203	7.189
Aluguéis e condomínios	689	390	689	390
Viagens e representações	1.524	382	1.524	382
Depreciação e amortização	420	103	420	103
Outros	4.404	1.311	4.432	1.356
	32.982	12.513	33.010	12.565

21 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Ganhos com <i>hedge</i>	66.330	22.022	66.330	22.022
Descontos Obtidos	772	67	796	67
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.607	246	1.607	246
Variação Cambial Ativa	23.090	4.576	23.090	4.576
Pis e Cofins Sobre Receitas Financeiras	-	1.594	-	1.594
Outras receitas	57		56	-
	91.856	28.505	91.879	28.505

Despesas financeiras

(15.379)Perdas com hedge (15.379)(28.974) Variação cambial passiva (9.720)(28.974)(9.720)Descontos Concedidos (59.175) (59.175) (10.587)(10.587) Juros Pagos Taxas e Tarifas (704)(719) Atualização monetária sobre créditos de impostos (2.302)(2.302)Outras despesas (153.448) (38.749) (153.466) (38.764)

(61.5	92) (10.244)	(61.587)	(10.259)
22 - Imposto de renda e contribuição so	ocial		
Descrição		2022	2021
Lucro contábil antes do Imposto de Renda Contribuição Social	a e da	24.380	62.626
(+) Adições efetuadas no LALUR		22.516	20.247
(-) Exclusões efetuadas no LALUR		(144.294)	(128.288)
(=) Base da CSLL e Lucro Real		(97.398)	(45.415)
(-) Compensação Base Cálculo Negativa	CSLL	1.246	226
(=) Base de Incidência da Contribuição	Social	(96.152)	(45.189)
Contribuição Social do Resultado do Exer	cício		47
(=) Base do IRPJ e Lucro Real		(96.152)	(45.189)
(-) Compensação Prejuízos Fiscais		1.246	226
		(00.450)	(45.400)
(=) Base de Incidência do Imposto de F	tenda	(96.152)	(45.189)
Imposto do Bondo Bosultado do Eversísio			126
Imposto de Renda Resultado do Exercício)		126

23 - Instrumentos financeiros Gerenciamento dos riscos financeiros

(-) Incentivo Fiscal de Dedução de Imposto

(=) Valor Registrado Resultado Provisão IRPJ/ CSLL - Corrente

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a

		Consolidado				
			2022			2021
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Valor jus- to através do resul- tado	Outros passivos	Saldo <u>contábil</u>	Saldo <u>contábil</u>
Ativos						
Aplicações financeiras	4	63.832	-	-	63.832	17.510
Clientes	5	68.409	-	-	68.409	44.468
Passivos						
Fornecedores	14	167.679	-	-	167.679	102.715
Empréstimos e financiamentos	15	487.933	-	-	487.933	172.019
			Cont	roladora		

			2021			
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Outros passi- vos	Saldo contábil	Saldo contá- bil
Ativos						
Aplicações financeiras	4	63.829	-	-	63.829	17.506
Clientes	5	47.762	-	-	47.762	44.468
Passivos						
Fornecedores	14	156.806	-	-	156.806	102.714
Empréstimos e financiamentos	15	487.933	-	-	487.933	172.019

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas

classificações por categorias
□Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI:

□Contas a receber de clientes e fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação dessas operações (aproximadamente 90 dias):

Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos

financeiros:

- □Risco de crédito
- □Risco de liquidez □Risco de mercado

É o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com

suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis Caixa e equivalentes de caixa A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 408 (R\$ 2.207 em 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O

caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de . Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities comercializadas pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.¶

A Companhia compra e vende instrumentos financeiros derivativos, na forma de contratos de compra e venda de grão no mercado futuro e também realiza operações financeiras na CBOT (Chicago Board and Trade) para gerenciar riscos de mercado em relação a tais derivativos.

A seguir segue resumo de exposição de produtos da Companhia em 31 de dezembro

Produto	Contratos	Saldo
Óleo	(ton)	Exposto
Contratos de compra a preço fixo	133.925	(900.687)
Contratos de venda a preço fixo	(133.925)	919.176
	-	18.489
Farelo		
Contratos de compra a preço fixo	474.374	(1.074.710)
Contratos de venda a preço fixo	(474.374)	1.163.690
	-	88.981
Soja		
Contratos de compra a preço fixo	139	(349)
Contratos de venda a preço fixo	(139)	324 (25)
Total		107.445
Controla Produto	adora Contratos (ton)	Saldo Exposto
Óleo		Saluo Exposio
Contratos de compra a preço fixo	114.925	(779.250)
Contratos de venda a preço fixo	(114.925)	797.195
	-	17.945
Farelo		
	450 374	(1 008 355)
Contratos de compra a preço fixo	450.374 (450.374)	
Contratos de compra a preço fixo		1.097.336
Contratos de compra a preço fixo Contratos de venda a preço fixo		1.097.336
Contratos de compra a preço fixo Contratos de venda a preço fixo Soja Contratos de compra a preço fixo	(450.374)	`1.097.336 88.981 (349)
Farelo Contratos de compra a preço fixo Contratos de venda a preço fixo Soja Contratos de compra a preço fixo Contratos de venda a preço fixo Contratos de venda a preço fixo	(450.374)	1.097.336 88.981 (349 324
Contratos de compra a preço fixo Contratos de venda a preço fixo Soja Contratos de compra a preço fixo	(450.374)	(1.008.355) 1.097.336 88.981 (349) 324 (25)

Instrumentos derivativos de hedge de dólar

2.000

36.400

287 552

7.496

Consolidado

onsoli	lado								
	Operação	Instituição	Posição	Qtd em USD	G/L (R\$)				
	NDF	Citi	Vendido	15.500	3.086				
	NDF	Itaú	Vendido	19.000	3.571				
	Opção	Marex	Vendido	2.000	287				
	APORTE	Outros	Comprado	100	552				
	Total		Vendido	36.400	7.496				
ontroladora									
	Operação	Instituição	Posição	Qtd em USD	G/L (R\$)				
	NDF	Citi	Vendido	15.500	3.086				
	NDF	Itaú	Vendido	19.000	3.571				

Vendido Comprado

Vendido

Instrumentos derivativos hedge de mercadoria: Consolidado

Produto	Instituição	Posição	Volume (Ton)	G/L (R\$)
Farelo de Soja	Santander	Vendido	(3.447)	(963)
Farelo de Soja	Pine	Vendido	(1.542)	(437)
Farelo de Soja	Itaú	Vendido	(726)	(104)
Farelo de Soja	Stonex	Vendido	(816)	(69)
Farelo de Soja	Stonex	Comprado	816	97
Farelo de Soja	XP	Vendido	(12.700)	(1.290)
Farelo de Soja	JP Morgan	Vendido	(1.270)	(280)
Farelo de Soja	JP Morgan	Comprado	1.270	(66)
Farelo de Soja	Amius	Vendido	(6.079)	(692)
Total		Vendido	(24.493)	(3.804)
Óleo de Soja	Stonex	Vendido	(1.633)	2.847
Óleo de Soja	Santander	Vendido	(2.803)	(896)
Óleo de Soja	Citi	Comprado	272	(241)
Óleo de Soja	Citi	Vendido	(272)	(45)
Óleo de Soja	JP Morgan	Comprado	136	(33)
Óleo de Soja	JP Morgan	Vendido	(136)	60
Óleo de Soja	Pine	Comprado	272	(190)
Óleo de Soja	Pine	Vendido	(272)	18
Total		Vendido	(4.436)	1.520
Controladora				
Produto	Instituição	Posição	Volume (Ton)	G/L (R\$)

Volume (Ton) (3.447) (1.542) (726) (816) Farelo de Soja Farelo de Soja Stonex Vendido (69)Stonex Comprado Farelo de Soja Vendido (12.700)(1.290)Vendido Total Óleo de Soia Stonex Vendido (1.633)Óleo de Soja Óleo de Soja Óleo de Soja Óleo de Soja Vendido Comprado Vendido (2.803) 272 (272) Santander (45) (190) Pine Comprado Óleo de Soia Vendido

Vendido

24 - Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a

Vendido

(4.436)

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.
 Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e

quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022



SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO ENO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

jornalismo@tribunadoparana.com.br TRIBUNA sexta-feira, 28 de abril de 2023	CIDADES / EDIÇÃO DIGITAL
PARANÁ MÍDIA PARTICI	PACÕES S.A CNPJ 05.308.740/0001-03

	Der	monstra	ações Financeiras Referer	ntes ao Ex	ercício Find	lo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021		
BALANÇO PATRIMONIAL		ERCÍCIO F m milhares	INDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 s de reais)	2 E 2021		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQ FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)	QUIDO PARA O EXERCÍC 2 E 2021	OIO
							Resultados	Total
Ativo	2022	2021	<u>Passivo</u>	2022	2021	Em 31 de dezembro de 2020 <u>29.074</u>	(6.946)	22.12
Ativo circulante			Passivo circulante			Redução de Capital (28.396)	-	(28.396
Caixa e equivalentes de caixa	29 6	19	Obrigações tributárias e Trabalhistas	1	1	Absorção de Prejuízos	6.946	6.94
ributos a Recuperar		84	Total passivo circulante	1	1	Prejuízo do exercício -	(418)	(418
Total ativo circulante	35	104	Patrimônio líquido Capital social	678	678	Em 31 de dezembro de 2021	(418)	26
			Prejuízos acumulados	(384)	(418)	Lucro do exercício -	34	3
Ativo não circulante			Total do patrimônio líquido	294	260	Em 31 de dezembro de 2022 <u>678</u>	(384)	29
Γributos a Recuperar Depósitos judiciais	249 9	148 9				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira	is.	
ntangivel	2	2				DEMONSTRAÇÃES DO DESULTADO ADRANCENTE FINIDO EM A	L DE DEZEMBRO DE AM	22 F 2021
Total do ativo não circulante	260	158				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 3 (Em milhares de reais)	I DE DEZEMBRO DE 202	22 E 2021
							2022	202:
Total do ativo	295	262	Total do passivo e patrimônio líqui	do	262	LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	34	(418
						Outros resultados abrangentes	-	
As notas explicativas são parte integrante das de	monstrações	financeira	S.			RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	34	(418
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fi	nanceiras.	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULT		O EXERCÍ m milhares	CIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE s de reais)	E 2022 E 2021		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O I EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2 (Em milhares de reais)	EXERCÍCIO FINDO 021	
				2022	2021		2022	202
						Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40	(418
Despesas operacionais				(40)	(00)	Ajustes de: Resultado de equivalência patrimonial	_	36
Despesas gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial				(13)	(86) (366)	Atualizações dos créditos tributários	-	(9
Outras despesas/receitas operacionais líquidas				28	(2)	Variações nos ativos e passivos		
						Tributos a recuperar	(23)	(12
Resultado antes das despesas financeiras, líq	juidas e impe	ostos		16	(454)	Outros ativos Outros passivos	(1)	16
						Caixa consumido pelas atividades operacionais	16	8
Resultado financeiro Receitas Financeiras				05	36	Imposto de renda e contribuição social pagos	(7)	
Receitas Financeiras				25	30	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9	8
							Ŭ	
Resultado financeiro, líquido				25	36	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Baixa de Investimentos	-	(1.267
						Adiantamento para futuro aumento de capital		50 (767
Resultado antes dos impostos				40	(418)	Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	(707)
mposto de renda e contribuicao social correntes				(7)		AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	9	(678
mposto de ronda e contribuição decida con entes				(,,		Caixa e equivalente de caixa no fim do período	29	1
ucro (Prejuízo) líquido do exercício				34	(418)	Caixa e equivalente de caixa no início do período	19	69
As notas explicativas são parte integrante das de	monetrações	financoira	0			AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(678
As notas explicativas são parte integrante das de	monstrações	шапсега	9			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
As Demonstrações Financeiras completas, acom	panhadas da	s Notas Fy	xplicativas estão à disposição dos Acion	nistas na sede d	da Companhia			
	lherme Doring							
Gui		sidente	Contador – CRC/F					

RPC LAB SISTEMAS S.A. - CNPJ 09.366.594/0001-23

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de reais) 2022 2021 2022 2021 <u>PASSIVO</u> CIRCULANTE Dividendos Caixa e equivalentes de caixa 33 6 18 5 Outros 24 Total do ativo circulante PATRIMÔNIO LÍQUIDO 863 11 27 862 Capital social Reserva de lucros 910 910 12 27 Prejuízos Acumulados Total do patrimônio líquido (6) Total do ativo não circulante 922 901 904 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 928 924 928 924

Clientes

NÃO CIRCULANTE

TOTAL DO ATIVO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Investimentos Imobilizado Intangivel

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais) 2022 (17) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício Resultado abrangente do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

2022

2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais) 2022 2021 Reserva de lucros Reserva Reserva de Capital Resultados 63 55 Receita operacional líquida Investimentos acumulados Total social Legal 63 Lucro bruto SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 1.400 (22) 1.408 Despesas operacionais (42)Gerais e administrativas (4) Redução de Capital Social (490) (490) Resultado de equivalência patrimonial (1) (4) Absorção de prejuízos (22) 22 Outras receitas(despesas) operacionais, (32)Lucro do exercicio (50) Dividendos mínimos obrigatórios (75)(1) (1) 5 Transferência entre reservas 3 Resultado antes do resultado financeiro e impostos (3) (13) SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 5 DE 2021 910 2 10 922 Receitas Financeiras Resultado antes dos impostos 10 Prejuízo do exercicio (17) (17) (2) (10) Transferência entre reservas 12 Imposto de renda e contribuicao social correntes (6) SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 4 DE 2022 910 (6) 904 Lucro (Prejuízo) líquido do exercício (17) As notas explicativas são parte integrante das As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia

À Diretoria

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (12) Aiustes de: Resultado de equivalência patrimonial Variações nos ativos e passivos (1) 22 Outros passivos (6) Imposto de renda e contribuição social pagos (6) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades 5 (2) Fluxo de caixa das atividades de investimentos Alienação de investimentos 492 Baixa de Imobilizado 11 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento 494 11 Fluxo de caixa das atividades de financiamento (1) Dividendos pagos no exercicio Redução de capital social - Restituição quotas aos acionistas (490) Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento (1) (490) (AUMENTO)/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO (15) Caixa e equivalente de caixa no fim do período 33 Caixa e equivalente de caixa no início do período (AUMENTO)/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO 18 (15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

Marcelo Fabiano de Souza Palombo

Contador - CRC/PR PR-056390/O-5



Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Balanços patrimoniais Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Ativo circulante Caixa e equivalentes de caixa Aplicações Financeiras Contas a receber de clientes Despesas antecipadas Tributos a recuperar Outras contas a receber	8 9 10 11 12	6.677 1.060 23.111 615 1.927 3.040	15.605 28.094 461 98 3.580	Passivo circulante Fornecedores Arrendamento Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações tributárias Comissões e bonificações Outras contas a pagar	16 17 18 19	5.422 3.019 14.748 3.280 1.723 333	4.740 3.114 14.722 5.953 1.878 436
Total ativo circulante	_	36.430	47.838	Total passivo circulante		28.526	30.843
Ativo não circulante Tributos a recuperar Depósitos judiciais Ativo fiscal diferido Outras contas a receber Direito de uso Imobilizado Intangível Total do ativo não circulante	11 22.a 22.a 12 13 14 15	18 1.317 11.704 1.878 24.189 22.340 2.386 63.832	18 1.162 4.840 3.763 24.049 19.844 2.304 	Passivo não circulante Arrendamento Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Total do passivo não circulante Patrimônio líquido Capital social Reservas de capital Reservas de lucros Total do patrimônio líquido	17 21 23	24.060 2.034 26.094 16.696 8.792 20.156 45.643	23.015 2.631 25.647 16.696 8.792 21.842 47.329
Total do ativo		_100.263	103.819	Total do passivo e patrimônio líquido		100.263	103.819
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2020	Capital social 16.696	Reserva de capital 8.792	Reserva legal 3.339	Reserva de lucros a realizar 542	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total 63.671
Dividendos 2020 aprovados - AGO 49º Lucro líquido do exercício Dividendos mínimos obrigatórios Dividendos complementares Transferência entre reservas			- - -	(542) - - - -	(34.302) - - - - 18.502	41.712 (10.428) (12.781) (18.502)	(34.844) 41.712 (10.428) (12.781)
Em 31 de dezembro de 2021	16.696	8.792	3.339		18.502		47.329
Dividendos 2021 aprovados - AGO 50° Lucro I(quido do exercício Dividendos mínimos obrigatórios Dividendos complementares Transferência entre reservas	- - - -	- - - -			(18.502) - - - 16.816	68.814 (17.203) (34.795) (16.816)	(18.502) 68.814 (17.203) (34.795)
Em 31 de dezembro de 2022	16.696	8.792	3.339		16.816		45.643

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

D	~						
Para os exercícios findos en	ões do resultado n 31 de dezembro de 2022 e 2021						
(Em milhares de Reais)							
	Nota explicativa	2022	2021				
Receita operacional líquida Custo dos serviços prestados	24 25	215.967 (86.330)	218.285 (89.755)				
Lucro bruto		129.637	128.530				
Despesas operacionais Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Derda por redução ao valor recuperável de contas a receber Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25 25 10 26	(38.519) (23.810) (72) 376 (62.025)	(37.743) (23.411) (16) (1.142) (62.311)				
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		67.612	66.219				
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	27.a 27.b	5.007 (4.577)	2.233 (3.814)				
Resultado financeiro, líquido		430	(1.581)				
Resultado antes dos impostos		68.042	64.638				
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b 22.b	(6.092) 6.864	(23.799) 872				
Lucro líquido do exercício		68.814	41.712				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. Curitiba – Paraná Opinião

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora
Paranaense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31
de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado
abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o
exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,
compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações
elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam
adequidamente, em todos os agreetos relevantes a posiçõe patrimonial e

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

Base para opiniao
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais
de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão
descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela
auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à
Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de
Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho
Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas
de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é
suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das
demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no
Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para
permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,
independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela
avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando
aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso
dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que

aplicavel, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras,
tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se
causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.
Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a
auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria
sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções
podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,
individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva
razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas
demonstrações financeiras

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 26 de abril de 2023 KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC PR-007945/F-7 Marcos De Antoni Tosin Contador CRC PR - 064845/O-1

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda. A Companhia atua integradamente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.
As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontrams se vigentes.

2 Base de preparação
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras.
Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com o exercício e período comparativos apresentados

apresentados.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações

manceiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda
funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais
próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do fluxo de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Para os exercícios findos em 31 de dez (Em milhares de Rea		J22 e 202	1
	Nota explicativa	2022	202
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social)	68.042	64.63
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	14 e 15	5.989	5.8
Resultado da alienação de imobilizado	26	(88)	(22
Baixa de imobilizado/intangível	14 e 15	2.322	1.35
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	72	•
Depreciação sobre direito de uso Distratos de arrendamento	13	4.175	4.10
Juros sobre arrendamento	47	(71)	0.46
	17	3.079	2.19
Provisão de bonificação de volume Provisão para riscos tributários, cíveis e		2.139	3.50
trabalhistas	21	(597)	(39
Juros sobre alienação de investimentos	12. (a)	(319)	(32
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tibutários, cíveis e trabalhistas	21	265	2
F		85.006	80.89
Variações nos ativos e passivos	0	4.011	<i>-</i>
Contas a receber de clientes	9	4.911	53
Estoques	44	(4.000)	63
Tributos a recuperar	11	(1.829)	6.7
Despesas antecipadas		(155)	40
Outros ativos	4.0	84	4.0
Fornecedores	16	682	78
Obrigações sociais e trabalhistas	18	26	1.82
Obrigações tributárias	19	(2.673)	2.42
Outros passivos		(2.396)	(3.08
Caixa gerado pelas atividades operacionais		83.655	95.15
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.092)	(23.79
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		77.563	71.35
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/intangível	14 e 15	(10.800)	(10.04
Aplicação Financeira	9	(1.060)	
Recebimentos de alienação de investimentos	12	2.241	2.18
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(9.619)	(7.86
Fluxo de caixa das atividades de financiamento)		
Dividendos pagos no exercicio		(70.500)	(62.00
Pagamentos de arrendamento	17	(6.373)	,
Caixa líquido utilizado nas das atividades de		(76.873)	
financiamento		(10.0.0)	(01110
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(8.929)	(3.91
Caixa e equivalentes de caixa no início do	8	15.605	19.52
exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do	8	6.677	15.60
exercício	0	6.677	15.00
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(8.929)	(3.91
Demonstração do resultado Para os exercícios findos em 31 de dez (Em milhares de Re-	zembro de 20	022 e 202	1
(Lin minares de Re	,	2022	20
Lucro líquido do exercício		.814	41.7
Outros resultados abrangentes	00		71.7
· ·		814	/117
Resultado abrangente do exercício	68	.814	41.7
As notas explicativas são parte integrante das dem	nonstrações f	inanceiras	3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das

reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas
As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31
de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste
material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão

incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Notas explicativas 6.10 e 17 - determinação do período de arrendamento e taxas

Nota explicativa 6.4 e 14 - revisão da vida útil e valor residual;
Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
Nota explicativa 22 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fescie persona exclusivados.

de lucro tributavel trutiro contra o qual diferenças temporarias dedutiveis e prejuizos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis
6.1 Receita de contrato com o cliente
A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o servica os cliente.

serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento

de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas Natureza e a época do

S a	Tipo de serviço	cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
o s s	Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 21 dias. (20 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviç é prestado ao cliente.
- S S S	Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 29 dias. (30 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviç é prestado ao cliente.
8	Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 33 dias. (27 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviç é prestado ao cliente.
e s a s	Produção de Eventos	A companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 19 dias. (25 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviç é prestado ao cliente.

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal

Serviço de Geração Digital

A companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecis somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 22 dias. (20 dias em 2021) A receita é reconhecida

6.2 Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e

contribuição social correntes e diferidos.

contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com la composição de la c

base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.
Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na

extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza

relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios ferens depredidos.

6.4 inibilitzado o mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam beneficios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item posas ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao

resultado do periodo, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

do mina de Cada exercició.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na

o valor contabile e sade recomecidos em Cotifas receitas operacionais, indidas na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2022	2021
Edificações	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	7	7
6.5 Intangivel		

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se

relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas diteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens do ativo intangível, principalmente, softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

un ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação

(iii) Classificação e mensuração subsequente No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento

inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança por modelo de penácios. no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as

condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são

relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo, conforme

todos os ativos infanceiros não classificados como mensurados ao custo, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que

um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração.

tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

• como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da

Companhia:

os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro

é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se

qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento continuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do

Ativos financeiros- avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente

pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os

A companida considera o territos cintratuais o instrutineiro para avantar se os inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis:

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
 os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
 O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal

e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço

patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
 As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um

As provisoes para perdas com contras a recever de cilentes sao mensionadas a un valor igual à perda de crédito esperada para a vida interia do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo, Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações

nistorica da Compannia, na avaliação de credito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (cobrança interna, Serasa, Assessoria terceirizada e comitê jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

· Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;

· Valores acima de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta

significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

• é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito
a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação

duzida do valor contábil bruto dos ativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalla se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando coorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação

inclui os seguintes dados observáveis:
 dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
 quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de

reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam

aceitas em condições normais;
 a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em o valor contanto a companina necesario e activo financeiro e materio a companina necesario a companina necesario e companina per parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixan

o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação

dos valores devidos. **6.8 Capital social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são

demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de 6.9 Benefícios a empregados

6.9 Beneficios a empregados
Beneficios de curto prazo a empregados
Obrigações de beneficios de curto prazo a empregados são reconhecidas como
despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo
é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha
uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função
de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada
de maneira confidual.

Outros beneficios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo
prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão

como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

6.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendaterio ao firm do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de inicio descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da

Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
 pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercício da opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir

se o prazo do arrendamento renetir o arrendadano exercendo a opyso de recommento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado

no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero Arrendamentos de ativos de baixo valor A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do

arrendamento.

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e regulatório) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é

determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e a qual relinta a avaliações atuais de mercado a ovalor do dimento no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC

26/IAS 1; IFRS 17 Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice

Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Caixa	78	6
Bancos – contas correntes	2.128	1.63
Aplicações Financeiras	4.471	13.91
Total	6.677	15.60
9 Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	2022 1.060	202
	1.060	

Correspondem a aplicações financeiras em fundo de ações exclusivo junto a instituição financeira BHY Mellon. Em 2022 a rentabilidade do fundo foi de 71% do CDI. Em 2021 a rentabilidade foi de 112,00% do CDI. A companhia pretende utilizar esse saldo em seu fluxo de caixa do curto prazo.

10 Contas a receber de clientes

Perda por redução ao valor recuperável

Permutas Outros Perda por redução ao valor recuperável Total As contas a receber de clientes têm a sequinte composição por	663 1.726 (2.300) 23.111	1.026 1.630 (2.228) 28.094
As contas a receber de clientes terri a seguinte composição por		
	2022	2021
A vencer	22.322	26.792
Vencidos até 30 dias	515	1.203
Vencidos de 31 até 60 dias	25	55
Vencidos de 61 até 90 dias	53	2
Vencidos de 91 até 180 dias	84	29
Vencidos de 181 até 360 dias	183	48
Vencidos acima de 361 dias	2.229	2.193

23.111 A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 1º de Valores baixado Constituição no Saldo em 31 de	os período	(2.228) 70 (142) (2.300)	(2.212) 75 (91) (2.228)
11 Tributos a re	ecuperar		
Circulante		2022	2021
	ida e Contribuição Social	1.927 1.927	98 98
PIS e COFINS Total não circula Total		18 18 1.945	18 18 116
12 Outras cont	as a receber		
Venda de partici Partes relaciona Outras		2022 3.740 1.118 60 4.918	2021 5.662 1.495 186 4.918
Circulante		4.918 3.040 1.878	3.580 3.763

(a) Trata-se dos valores a receber referente a venda das quotas da empresa LCP

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

2022

2021



realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de Agosto de

2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aos cessionários estabelece todos os zozo, atraves du contrato e cessad o el quotas, orner a riegorização realizada pinto aos cessoriarios estabelece tiotos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV). Em 2022 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a terceira parcela no valor de R\$ 2.241, onde incorreram juros no valor de R\$ 319. Em 2021 aconteceu o pagamento da primeira parcela no valor R\$2.181 e juros

(b) Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação.

13 Direito de uso de ativos

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Direito de uso					
Em 1º de janeiro 2022	2.646	20.611	643	149	24.049
Atualizações de contratos	188	3.558	-	-	3.746
Novos	763	314	-	-	1.077
Baixas	(499)	-	(9)	-	(508)
Depreciação	(417)	(3.255)	(453)	(50)	(4.175)
Em 31 de dezembro de 2022	2.681	21.228	181	99	24.189

dezembro de 2022					
Direito de uso	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Em 1º de janeiro 2021	1.319	19.298	1.197	186	22.000
Atualizações de contratos	2.314	3.941	-	11	6.265
Baixas	(1)	-	(107)	-	(108)
Depreciação	(986)	(2.628)	(447)	(47)	(4.108)
Em 31 de dezembro de 2021	2.646	20.611	643	149	24.049

14 Imobilizado Composição do saldo contábil

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	836	(401)	435	467
Instalações	8.270	(6.832)	1.438	2.069
Móveis	1.870	(1.504)	366	289
Equipamentos telecom	74.985	(62.111)	12.874	11.451
Máquinas e equipamentos	4.252	(3.117)	1.135	1.322
Equipamentos de informática	14.499	(11.174)	3.325	1.513
Imobilizado em curso	1.862	-	1.862	2.018
Outros	2.521	(1.616)	905	715

(86.755)

22.340

109.095

Total

Conciliaç	Conciliação do saldo contábil								
	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Maquinas e equipamentos		Imobilizado em curso	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2020	698	2.752	353	10.123	1.313	1.366	857	515	17.977
Adições	1	57	32	4.314	282	861	1.338	987	7.872
Baixas	(328)	(2)	(5)	(629)	(6)	(371)	(177)	(737)	(2.256)
Depreciação	(39)	(738)	(95)	(2.625)	(269)	(595)	-	(66)	(4.426)
Baixas de depreciação	135		4	268	2	252		16	677
Em 31 de dezembro de 2021	467	2.069	289	11.451	1.322	1.513	2.018	715	19.844
Adições	2	54	171	5.189	87	2.476	1.318	651	9.948
Baixas	-	-	(15)	(1.943)	(297)	(384)	(1.474)	(330)	(4.443)
Depreciação	(34)	(685)	(82)	(3.214)	(274)	(573)		(457)	(5.319)
Baixas de depreciação			3	1.391	297	293		326	2.310
Em 31 de dezembro de 2022	435	1.438	366	12.874	1.135	3.325	1.862	905	22.340

Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável
De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da
Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados
ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*. **Ativos dados em garantia**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

Em 31 de dez 15 Intangível

Composição do saldo contábil

		2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	24.972	(22.816)	2.156	2.008
Marcas e Patentes	146	`	146	146
Intangível em Curso	84	-	84	150
Total	25.202	(22.816)	2.386	2.304

Conciliação do saldo contábil

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2020	1.337	146	31	1.514
Adições	2.056		119	2.175
Baixas	(8)	-	-	(8)
Amortização	(1.385)	-	-	(1.385)
Baixas de Amortização	. 8	-	-	· é
Em 31 de dezembro de 2021_	2.008	146	150	2.304
Adições	715		36	751
Transferência	102	-	(102)	-
Baixas	(10)	-	`	(10)
Amortização	(669)	-	-	(669)
Baixas de Amortização	` 1Ó	-	-	` 1Ó
Em 31 de dezembro de 2022	2.156	146	84	2.386

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$5,422 (R\$4,740 em 2021) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

17 Arrendamento

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso. A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas :

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
5	0,85%
10	0,88%
15	0,93%
20	0,95%
Arrendamento	

Em 1º de janeiro de 2022 Novos contratos Baixas Atualizações de contratos

Arrendamento Em 1º de janeiro de 2022 Novos contratos Baixas Atualizações de contratos Juros apropriados no período Amortização de arrendamentos Em 31 de dezembro de 2022	26.129 1.077 (579) 3.746 3.079 (6.373) 27.079
Circulante Não circulante	3.019 24.060
Arrendamento Em 1º de janeiro de 2021 Atualizações de contratos Baixas	23.186 6.265 (108)

(5.407) **26.129** Em 31 de dezembro de 2021

18 Obrigações sociais e trabalhistas

o obilgayood oodialo o mabalillotao		
	2022	2021
Provisão para férias e encargos	5.523	5.352
Gratificações e PPR ator Acidentário de Prevenção – FAP	8.366 65	8.580 42
Outras obrigações sociais e trabalhistas Otal	794 14.748	748 14.722

19 Obrigações tributárias

Partes relacionadas (a) Outras

20 Outras contas a pagar	2022	2021
Total	3.280	5.953
Outros tributos a recolher	1.553	1.643
Imposto de renda e contribuição social	863	3.298
PIS e COFINS	864	1.012
	2022	2021

(c) Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, as quais estão, substancialmente, de acordo com as condições comerciais negociadas entre as partes levando em consideração a estrutura organizacional e operacional do Grupo, as quais, desta forma, poderiam ser diferentes caso fossem negociados com terceiros.

21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

 b) Riscos cíveis e trabalhistas provisiona Provisões passivas 	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(42)	(3.428)	(23)	(3.493)
Adições	(<u>2</u> 11)	(2.267)	\ <u>-</u>	(2.478)
Baixas	`13Ó	`2.977	-	`3.107
Saldo em 31 de dezembro 2022	(123)	(2.718)	(23)	(2.864)
Depósitos judiciais	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Outros	` Totaĺ
Saldo em 1º de janeiro de 2022	25	837	-	862
Adições	80	533	-	613
Atualizações	4	114	-	119
Baixas	(104)	(659)		(764)
Saldo em 31 de dezembro 2022	5	825	-	830
Total de riscos provisionados 2022	(118)	(1.893)	(23)	(2.034)
Provisões passivas	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(21)	(3.656)	-	(3.677)
Adições	(22)	(893)	(23)	(938)
Atualizações	(8)	(87)	-	(95)
Baixas	9	1.208	<u>-</u>	1.217
Saldo em 31 de dezembro 2021	(42)	(3.428)	(23)	(3.493)
Depósitos judiciais	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	23	627	-	650
Adições	-	285	-	284
Atualizações	2	53	-	55
Atualizações Baixas	2 	(127)		(127)
Atualizações	2 		(23)	

(i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculados.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas,

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.
A Companhia é parte em ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis e remotas em 31 de dezembro de 2022, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 4.963, sendo trabalhistas R\$ 2.659, tributárias R\$ 2.204 e cíveis R\$ 100 (R\$ 11.159 em 2021).

c) Riscos sociais, tributários e outros provisionados é depósitos judiciais

Provisões passivas	Incra	Sat/Fap	Pis/Cofins	Sesc	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(2.127)	(11.870)	(2.692)	-	(16.689)
Adições	-	(512)	(241)	-	(753)
Atualizações	(153)	(990)	(250)		(1.393)
Saldo em 31 de dezembro 2022	(2.280)	(13.372)	(3.183)		(18.835)
Depósitos judiciais	Incra (i)	Sat/Fap (i)	Pis/Cofins (ii)	Sesc (iii)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.120	11.828	2.670	1.233	17.851
Adições	7	512	244	-	763
Atualizações	153	990	250	145	1.538
Saldo em 31 de dezembro 2022	2.280	13.330	3.164	1.378	20.152
Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2022	-	(42)	(19)	1.378	1.317
Provisões passivas	Incra	Sat/Fap	Pis/Cofins	Sesc	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.995)	(11.110)	(2.785)	-	(15.890)
Adições	(82)	(512)	(136)	-	(730)
Atualizações	(50)	(286)	(93)	-	(429)
Baixas		38	322		360
Saldo em 31 de dezembro 2021	(2.127)	(11.870)	(2.692)		(16.689)
Depósitos judiciais	Incra (i)	Sat/Fap (i)	Pis/Cofins (ii)	Sesc (iii)	Total
Saldo em janeiro de 2021	1.986	10.972	2.761	2.450	18.169
Adições	100	526	137	0	763
Atualizações	50	354	94	188	686
Baixas	(16)	(24)	(322)	(1.405)	(1.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.120	11.828	2.670	1.233	17.851
Saldo de denósitos judiciais em 31 de dezembro 2021	(7)	(42)	(22)	1 222	1 162

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia

tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

(ii) Referen-se as Ações Ordinárias nº 5042911-17.2015, 404.7000, 5022209-21.2013.404.7000 e 2005.70.00.002620-7, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.7149/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero prevista no Decreto nº 5.442/05, em respeito aos princípios da legalidade (arts. 5º, II e 150, I, 153, § 1º e 177, § 4º, I, b, da CF/88; e 97, do CTN) e da isonomia (art. 150, II, CF/88), e à própria norma de incidência das contribuições (art. 195, I, b, e §§ 9º e 12, da CF/88; art. 1º da Lei nº 10.637/02; e art. 1º da Lei nº 10.633/03).

(iii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexigibilidade da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013, 2020 e em 2021 correrates e diferidos

22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos
A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2022	2021
Diferenças temporárias:		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.682	4.559
Provisão para participações nos lucros	8.366	8.580
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68	25
Provisão para comissões e bonificação de volume	854	1.878
Outras provisões	168	640
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	12.287	-
Prejuízo Fiscal	14.590	-
Passivas:		
Depreciação vida útil	(1.731)	(1.447)
Base diferido IRPJ	38.284	14.235
Base diferido CSLL	23.694	14.233
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto diferido ativo, líquido	11.704	4.840

(i) Se refere aos valores depositados, sem atualização monetária, a título de PIS, COFINS, INSS INCRA, SAT/FAP. Os processos tem como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da aliquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vidência da Lei nº 9.718/98. até o advento das Leis nºs 10.637/2002 da exigencia de PTS e COTINS sobre o duras feceras durante a vigencia de Let 11 3.7 10/59, ale o advento das Ete 11 1 3.7 10/59, ale o advento das disponíveis na nota explicativa n° 21.

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	68.042	64.638
Alíquota (%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	23.134	21.977
Compensação de Propaganda Eleitoral (i)	(20.572)	-
Ajustes IRPJ/CSLL anos anteriores (ii)	(3.922)	100
Arrendamento - CPC 06(R2)	275	304
Despesas Indedutíveis, Outras (adições) exclusões, líquidas	-	872
Outras (adições) exclusões, líquidas	313	(327)
IRPJ e CSLL no exercício	(772)	22.926
Imposto de renda e CSLL corrente	6.092	23.799
Imposto de renda e CSLL diferido	(6.864)	(872)

(i) Dedução de propaganda eleitoral conforme previsto no Decreto Federal nº 7.791/2012.

(ii) Ajustes no resultado inerentes a conciliação dos saldos de crédito de IRPJ/CSLL correntes de anos anteriores e ajustes relativos as provisões temporárias na apuração de IRPJ/CSLL diferidos.

provisões temporarias i 23 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 o capital social é de R\$16.696, composto por 13.800.000 ações ordinárias sem valor nominal. b. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída basicamente com base no disposto da Lei no 8.200/91 referente aos efeitos da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital. Em 2021 e 2020 o saldo da reserva de capital é de R\$ 8.792. c. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2021 e 2022 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2022 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 16.816, já em 2021 foi de R\$ 18.502.

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2022	2021
Dividendos propostos sobre o lucro de 2020 49ª AGO	-	34.302
Dividendos propostos sobre a Reserva de lucros a realiza – 49ª AGO	ar -	542
Dividendos a pagar - exercício 2020		3.947
Dividendos propostos sobre o lucro de 2021 50º AGO	18.502	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.203	10.428
Dividendos complementares sobre lucro	34.795	12.781
Total de dividendos distribuídos	70.500	62.000
Total de dividendos pagos no ano	(70.500)	(62.000)
24 Receita operacional líquida		
	2022	2021
Receita operacional bruta: Publicidade	219.552	222.618
Produção de comerciais	1.766	1.454
Geração digital	1.883	1.756
Outras vendas	5.470	5.248
Deduções:	228.671	231.076
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(12.704) (12.704)	(12.791) (12.791)
Receita operacional líquida	215.967	218.285
25 Custo dos servicos prestados, despesas gerais e a	administrativa	s e de

vendas		
Despesa de pessoal Serviços prestados por terceiros Comissões vendas Depreciação e amortização Depreciação CPC 06 (R2) Propaganda e publicidade Despesa com comunicação Despesa com equipamentos de informática Recuperação de gastos compartilhados (a) Manutenção predial Outras despesas Reconciliação dos custos e despesas operacionais por funcão:	2022 (63.161) (39.359) (18.046) (5.989) (4.175) (7.040) (2.671) (4.015) 8.694 (1.146) (11.751) (148.659)	(62.880) (44.916) (19.219) (5.811) (4.108) (6.152) (2.259) (3.992) (3.992) (9.46) (9.310) (150.908)
Custos dos serviços prestados Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas	(86.330) (38.519) (23.810) (148.659)	(89.755) (37.742) (23.411) (150.908)

(a) (a)Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre (a) (a) relete de l'altere de despessa de Certific de Service Compinicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são

	Recuperação de despesas (**)	
	2022	2021
Editora Gazeta do Povo S.A.	3.261	3.617
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.371	1.492
TV Cultura de Maringá Ltda.	906	965
TV Esplanada do Paraná Ltda.	836	850
TV Cataratas Ltda.	872	925
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	771	716
Rádio Intercontinental Ltda.	940	888
Editora o Estado do Paraná S.A.	667	792
Rádio Continental Ltda.	338	358
Outros	5	12
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	147	120
Total	10.114	10.735

Do total de recuperação de despesas em 2022, R\$8.694 referem-se aos gastos compartilhados (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2022 foi de R\$1,420 (R\$2,051 em 2020).

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	2022	2021
Provisão para contingências	(1.154)	(878)
Resultado líquido na alienação do ativo imobilizado	88	225
Outras (despesas) receitas	307	(489)
Reversão de contingências	1.135	
Total	376	(1.142)
27 Resultado financeiro, líquido		

a. Necestas illiancenas		
	2022	202

Juros por aplicações financeiras Juros ativos Variação cambial ativa Outras receitas financeiras Total de receitas financeiras	2.888 1.666 9 444 5.007	829 958 52 394 2.233
b. Despesas financeiras		
Variação cambial passiva Juros passivos Despesas com juros de arrendamentos Despesas e tarifas bancárias Outras despesas financeiras Total de despesas financeiras Resultado financeiro líquido	2022 (35) (1.393) (3.080) (8) (61) (4.577) 430	2021 (157) (855) (2.194) (7) (601) (3.814) (1.581)

28 Partes Relacionadas

. As transações com partes relacionadas são realizadas e precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes e devem ser liquidados conforme acordado em contrato pré estabelecido. Contas a Receber de Partes Relacionadas

	2022	2021
TV Cultura de Maringá Ltda.	96	80
TV Oeste do Paraná Ltda.	152	117
Editora Gazeta do Povo S.A.	375	886
TV Esplanada do Paraná Ltda.	108	69
TV Cataratas Ltda.	94	92
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	79	57
Rádio Intercontinental Ltda.	86	81
Editora o Estado do Paraná S.A.	73	71
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	37	31
LCP Imóveis Ltda.	_	1
Rádio Cultura de Marialya	18	10
Total	1.118	1.495
Contas a Pagar de Partes Relacionadas		
Contas a pagar (circulante):		
Editora Gazeta do Povo S.A	16	7
TV Oeste do Paraná Ltda.	8	1
TV Cultura de Maringá Ltda.	8 5	2
TV Esplanada do Paraná Ltda.	11	2 6
TV Cataratas Ltda.	4	5
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	2	5
Outras	1	_
Radio Continental de Curitiba Ltda.	<u>'</u>	2
Naulo Continental de Cultiba Lida.		

Despesas

2022	2021
3.261	3.617
1.371	1.492
906	965
836	850
872	925
771	716
940	888
667	792
338	358
6	12
147	120
10.115	10.735
	1.371 906 836 872 771 940 667 338 6

(*) As recuperações de despesas referem-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhados entre as empresas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e demais despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateadas mensalmente e liquidadas em no máximo quarenta e cinco dias. Para cada natureza de gasto existe um critério de rateio específico, sendo o

valor base do rateio o montante de despesa incorrida.

Do total de recuperação de despesas em 2022, R\$8.695 referem-se aos gastos compartilhados (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente aos gastos compartilihados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2022 foi de

R\$1.420 (R\$2.051 em 2020). Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave-chave da administração é composto pela diretoria da companhia A remuneração é aprovada pelos acionistas da Companhia. O montante global da remuneração anual da diretoria ocorrido no exercício de 2022 e 2021 foi de R\$2.520. A remuneração do pessoal-chave da administração contempla os honorários e remunerações variáveis dos diretores, onde os benefícios são de curto prazo e os montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas gerais e

29 Transações que não envolvem caixa As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) item 44 -

Demonstrações dos fluxos de caixa.
As transações que não envolveram caixa, e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes: Em 2022 a Empresa teve novos contratos reconhecidos como direitos de uso de arrendamento montante de R\$ 1.077. Já em 2021 a Empresa não teve novos contratos reconhecidos como direitos de uso de arrendamento.

Em 2021 a Companhia possui reconhecido a alienação dos investimentos na LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.) no valor de R\$ 5.662 conforme demonstrado na nota explicativa 12.

Desse montante, em 2021 o caixa foi afetado em R\$ 2.181 referente ao recebimento da segunda parcela, já em 2022 o caixa foi afetado em R\$ 2.241 referente ao recebimento da terceira parcela

30 Instrumentos Financeiros A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração

24/40/2022
quaisquer outros ativos de risco.
A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou
internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.
desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles

Ativos/Passivos

	Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil/ valor justo		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6.677	6.677		
Aplicações financeiras	1.060	1.060		
Contas a receber de clientes	23.111	23.111		
Outras contas a receber	3.040	3.040		
Depósitos Judiciais	1.317	1.317		
Passivos				
Fornecedores	5.422	5.422		
Outras contas a pagar	333	333		
Arrendamento	27.079	27.079		
	31/12/20	31/12/2021		
	Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil/ valor justo		
Ativos				
Caiva e equivalentes de caiva	8 7/17	15 605		

15.605 6.858 Aplicações financeiras Contas a receber de clientes 28.094 Outras contas a receber 3.580 3.580 **Passivos** 4.740 Fornecedores Outras contas a pagar 26.129 26.129 Arrendamento

Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

Risco de crédito

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a

Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de

fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência Menos de Entre um e Entre dois e Acima de

	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	5.422	-	-	-	5.422
Arrendamento	3.019	8.305	12.052	3.703	27.079
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	4.740	-	-	-	4.740
Arrendamento	3.114	7.016	9.950	6.049	26.129

inhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. Como parte deste contrato, tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade de transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos de transmissão da programação em sua região de atuação.

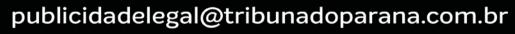
Mariano Lemanski

Marcelo Fabiano de Souza Palombo Contador CRC/PR 056390/O-5



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731







50 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 28 de April de 2023, 01:04:50



TBR230428 pdf

Código do documento ef89a85c-194b-4df4-9e7b-584ffcc48f3a



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA Certificado Digital tppubleg@tribunadoparana.com.br Assinou

Eventos do documento

28 Apr 2023, 01:03:30

Documento ef89a85c-194b-4df4-9e7b-584ffcc48f3a **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-28T01:03:30-03:00

28 Apr 2023, 01:04:01

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-28T01:04:01-03:00

28 Apr 2023, 01:04:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.7.113 (bfb10771.virtua.com.br porta: 21800). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE ATOM: 2023-04-28T01:04:24-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1780d51ef81127fc89c195d852e7198beb871cc0ceeb16253fde8c615208def7 (SHA512):6405b2e2785be722596f3399d867418flab6fd08aa0245876080b317a85ea8a88df1a0fc6082627a3172a3daef381b86e4dae36864fc360cc7443f987492fffd

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign